

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA  
CATARINA – CÂMPUS FLORIANÓPOLIS  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CONSTRUÇÃO CIVIL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL**

**FELIPE Y CASTRO CAMILLO**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT), DIREITO À  
MORADIA E OCUPAÇÕES URBANAS: por um papel social do/a  
Engenheiro/a Civil**

**FLORIANÓPOLIS, 2023.**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA  
CATARINA – CÂMPUS FLORIANÓPOLIS  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CONSTRUÇÃO CIVIL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL**

**FELIPE Y CASTRO CAMILLO**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT), DIREITO À  
MORADIA E OCUPAÇÕES URBANAS: por um papel social do/a  
Engenheiro/a Civil**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido  
ao Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia de Santa Catarina como parte  
dos requisitos para obtenção do título de  
Engenheiro Civil.

Orientador:  
Bernardo Brasil Bielschowsky, Dr.

**FLORIANÓPOLIS, 2023.**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor.

CAMILLO, FELIPE Y CASTRO

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT), DIREITO

À MORADIA E OCUPAÇÕES URBANAS: : por um papel social do/a Engenheiro/a

Civil / FELIPE Y CASTRO CAMILLO; orientação

de BERNARDO BRASIL BIELSCHOWSKY. - Florianópolis,

SC, 2023.

80 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Instituto Federal

de Santa Catarina, Câmpus Florianópolis. Bacharelado

em Engenharia Civil. Departamento Acadêmico

de Construção Civil.

Inclui Referências.

1. Educação Profissional e Tecnológica (EPT). 2.  
Direito à Moradia. 3. Ocupações urbanas. 4. Função social  
do/a Engenheiro Civil. I. BIELSCHOWSKY, BERNARDO BRASIL.  
II. Instituto Federal de Santa Catarina. III.  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT), DIREITO À  
MORADIA E OCUPAÇÕES URBANAS: .

# EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT), DIREITO À MORADIA E OCUPAÇÕES URBANAS: por um papel social do/a Engenheiro/a Civil

FELIPE Y CASTRO CAMILLO

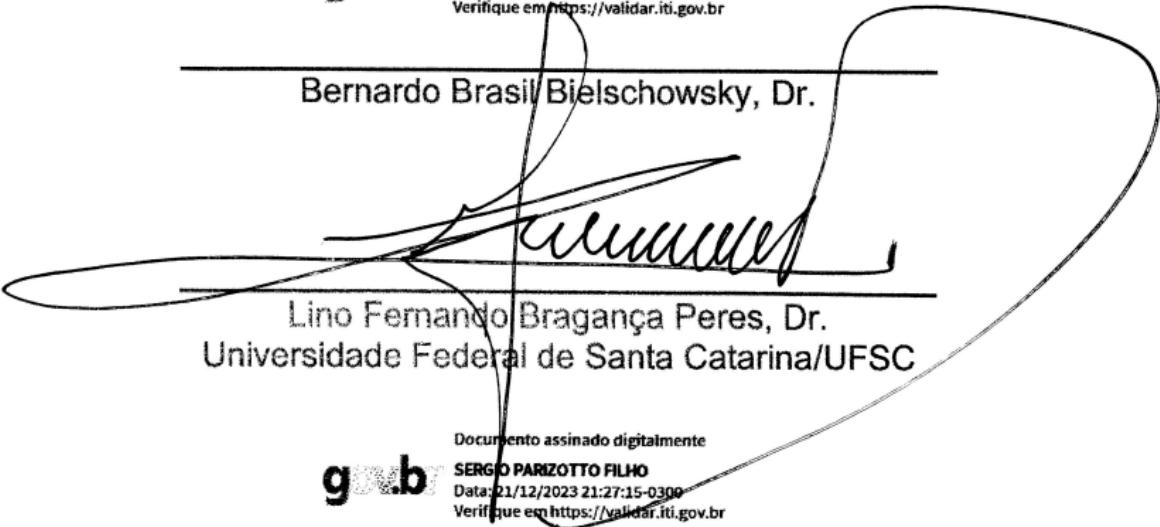
Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Engenharia Civil e aprovado na sua forma final pela banca examinadora do Curso Bacharelado em Engenharia Civil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Florianópolis, 14 de dezembro, 2023.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente  
**g .b** BERNARDO BRASIL BIELSCHOWSKY  
Data: 21/12/2023 14:31:19-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

\_\_\_\_\_  
Bernardo Brasil Bielschowsky, Dr.

  
\_\_\_\_\_  
Lino Fernando Bragança Peres, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

Documento assinado digitalmente  
**g .b** SÉRGIO PARIZOTTO FILHO  
Data: 21/12/2023 21:27:15-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

\_\_\_\_\_  
Sérgio Parizotto Filho, Msc.  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina/IFSC

Para Bianca, minha filha e  
para Eliane, minha companheira,  
que não me deixaram  
desistir da luta.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina pelo acolhimento e inclusão.

Aos/às professores/as inspiradores/as desta Instituição, pelos aprendizados e pelas trocas de conhecimentos.

A orientação precisa e humana do Professor Bernardo.

Aos professores que compuseram a banca de qualificação e de defesa, pelas contribuições pertinentes.

Aos/às servidores/as, todos/as os/as que fazem o dia-a-dia acontecer nesta instituição.

À Ocupação Carlos Marighela de Palhoça, na luta pelo direito à moradia e que me oportunizaram conhecer este universo capaz de transformar a vida de muitas pessoas.

“Não basta apenas construir casas, sem olhar para as almas humanas que irão habitá-las.”. Veríssimo, 1938.

## RESUMO

O presente estudo buscou refletir sobre um ou o papel social do/a Engenheiro/a Civil formado pela Educação Profissional e Tecnológica no/do Instituto Federal Santa Catarina – IFSC, à luz da negação do direito à moradia, consubstanciado pela mercantilização da mesma, trazendo à tona o papel das ocupações urbanas na luta por esse direito. O recorte da pesquisa foi a Grande Florianópolis. A metodologia empregada foi a pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica, documental e de campo, tendo a observação e conversas informais com moradores/as da ocupação Carlos Marighela, em Palhoça-SC, como instrumento de produção de dados. Os resultados apontam que a Grande Florianópolis vivencia um momento agudo da mercantilização da moradia, o qual tende a se asseverar após a aprovação do novo plano diretor, recentemente. Há um *déficit* habitacional muito grande no recorte. Os movimentos de ocupação urbana, como a ocupação Carlos Marighela, surgem com o intuito de lutar em favor da moradia enquanto um direito de todos/as. Esse debate não pode estar ausente do curso de bacharelado em Engenharia Civil do IFSC, o que corrobora para que a instituição focalize a formação deste profissional tendo em conta a sua função social, não apenas ancorada nos aspectos técnicos.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Direito à Moradia. Ocupações urbanas. Função social do/a Engenheiro Civil.

## ABSTRACT

The present study sought to reflect on one of the social roles of the Civil Engineer trained in Professional and Technological Education at the Instituto Federal Santa Catarina – IFSC, in light of the denial of the right to housing, substantiated by the commodification of it, bringing the role of urban occupations in the fight for this right is highlighted. The research area was Greater Florianópolis. The methodology used was qualitative research, bibliographical, documentary and field research, using observation and informal conversations with residents of the Carlos Marighela occupation, in Palhoça-SC, as a data production instrument. The results indicate that Greater Florianópolis is experiencing an acute moment in the commodification of housing, which tends to worsen after the approval of the new master plan recently. There is a very large housing deficit in the area. Urban occupation movements, such as the Carlos Marighela occupation, arise with the aim of fighting in favor of housing as a right for all. This debate cannot be absent from the IFSC Bachelor's degree in Civil Engineering, which supports the institution's need to focus on the training of this professional taking into account their social function, not just anchored in technical aspects.

**Keywords:** Professional and Technological Education (EPT). Right to Housing. Urban occupations. Social function of the Civil Engineer.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura do Trabalho.....	19
Figura 2 – Principais serviços e comércios na área conurbada da RMF.....	34
Figura 3 – Fotografia aérea no município de Biguaçu.....	37
Figura 4 – Déficit Habitacional do Estado de Santa Catarina.....	43
Figura 5 – Portão de acesso a ocupação.....	56
Figura 6 – Terreno interno.....	56
Figura 7 – Escola e formação.....	57
Figura 8 – Parte interna da sala de aula.....	57
Figura 9 – Fachada lateral sem aberturas.....	57
Figura 10 – Fachada principal sem aberturas.....	57
Figura 11 – Implantação do sistema de esgoto.....	57
Figura 12 – Conexões para o sistema de esgoto.....	57
Figura 13 – Preparo da laje a ser impermeabilizada.....	58
Figura 14 – Impermeabilização da laje.....	58

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Totais de unidades habitacionais contratadas pelo MCMV.....	36
------------------------------------------------------------------------	----

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1.1</b>	<b>Justificativa</b> .....	<b>17</b>
<b>1.2</b>	<b>Definição do Problema</b> .....	<b>18</b>
<b>1.3</b>	<b>Objetivo Geral</b> .....	<b>18</b>
<b>1.4</b>	<b>Objetivos Específicos</b> .....	<b>18</b>
<b>1.5</b>	<b>Estrutura do Trabalho</b> .....	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>20</b>
<b>2.1</b>	<b>A NEGAÇÃO DO DIREITO À MORADIA A TODOS/AS NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: A MERCATILIZAÇÃO</b> .....	<b>20</b>
<b>2.1.1</b>	<b>Desdobramentos da mercantilização da moradia na Grande Florianópolis</b> .....	<b>31</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>45</b>
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>47</b>
<b>4.1</b>	<b>O papel das ocupações na luta pelo direito à moradia</b> .....	<b>47</b>
<b>4.1.1</b>	<b>A ocupação Carlos Marighela</b> .....	<b>52</b>
<b>4.2</b>	<b>Por uma ou a função social do/a Engenheiro/a Civil</b> .....	<b>58</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>73</b>
<b>5.1</b>	<b>Sugestões para trabalhos futuros</b> .....	<b>74</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Primeiramente, é oportuno observar que o presente estudo se desenvolveu de acordo com o Projeto Pedagógico de Graduação em Engenharia Civil do IFSC Campus Florianópolis, subcapítulo que trata sobre o perfil profissional do egresso:

O Engenheiro Civil egresso do IFSC terá formação ampla: generalista, humanista, crítica e reflexiva em atendimento às demandas da sociedade e ao que prescrevem as diretrizes curriculares do Ministério da Educação. (PPC IFSC, 2013, p. 20)

Neste sentido, esse estudo, sob o do ponto de vista técnico e com base na formação construída no curso de Engenharia Civil, salientado o item terceiro pertinente ao perfil do egresso, que alude que esse deve atender as demandas da sociedade de forma ampla e:

Atuar de forma ética, crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística. (PPC IFSC, 2013, p. 20)

De modo amplo e geral, o que motivou o recorte para a escolha desse trabalho de conclusão de curso foi justamente o desejo de olhar para a questão das edificações ou da moradia de modo a considerar não apenas os aspectos técnicos das mesmas, mas sobretudo os aspectos políticos, econômicos e sociais (não ficando de fora os ambientais e culturais), que, na minha humilde visão, ocuparam um espaço muito marginal no presente curso de Bacharelado em Engenharia Civil.

Dito de outro modo, esse estudo tem a humilde pretensão de problematizar acerca do que, com inspiração em Artigas (1984), denominarei de função social do Engenheiro Civil. E nesse trabalho, o faço no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que é o contexto em que ocorreu minha formação, sendo que para tal, problematizo o direito à moradia e o papel das ocupações urbanas.

Rememorando Veríssimo (1938, p. 84), na obra *Olhai os lírios do campo*, não basta apenas construir casas, sem olhar para as almas humanas que irão habitá-las, ou sem olhar se todas as almas humanas poderão objetivamente habitá-las, se terão as condições materiais para tal e, se não, que é o que estamos vivenciando, por que razão isso ocorre.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) traz a moradia como um direito humano. Embora a referida não tenha força de lei, pode inspirar os países a inserirem em seus ordenamentos jurídicos os seus conteúdos.

É o que o Brasil fez, na Constituição Federal de 1988 (CF 88), que em seu Artigo 6º, traz a moradia como um direito social:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a **moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988, Art. 6º)

No entanto, a moradia, lastimavelmente, está longe de ser um direito. Os dados referentes ao ano de 2007 são de 54 milhões de pessoas, o que equivale a 34,5% da população brasileira, ou não tem moradia ou vive em condições inadequadas. Ou seja, um em cada três brasileiros/as não têm condições dignas de moradia<sup>1</sup>.

Os dados registrados no ano de 2021 no/pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que a população brasileira chegou a 213.317.639 de habitantes<sup>2</sup>. Usando o percentual de 2007 como parâmetro comparativo, chega-se ao equivalente de 74 milhões de pessoas vivendo sem moradia adequada.

Ainda sobre a CF 88, a propriedade deve estar cumprindo uma função social e antes de ser privada/particular, é um bem comum, social e ambiental e isso deveria nortear as políticas de utilização do espaço (construção de casas populares e o direito à urbanidade). No entanto, o que se vê é a tomada dos territórios pela iniciativa privada num processo de mercantilização e especulação imobiliária (que não cumpre sua função social, é especulativa) e que não comporta socialmente os mais pobres.

As disputas pelo espaço ocorrem de forma sistemática e com a conivência do Estado. De um lado, a iniciativa privada com seus meios nada republicanos,

---

1 Disponível em: <https://oab-ma.jusbrasil.com.br/noticias/148755/um-em-cada-tres-brasileiros-nao-tem-condicoes-dignas-de-moradia#:~:text=Em%20todo%20o%20Brasil%2C%2054,em%20condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20moradia%20inadequadas>. Acesso em: 09 de abril de 2023.

2 Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2021/08/brasil-atinge-2133-milhoes-de-habitantes-diz-ibge-cksu45sns0000013blxed0fnr.html>. Acesso em: 31 mai. 2023.

financiam campanhas milionárias para ter seu representante fiel que defenderá seus interesses financeiros. Do outro lado, a inglória luta diária da população que não tem influência alguma nesse sistema político e não tem suas demandas atendidas nem pelo Estado e nem pela Constituição.

É fundamental que a tomada destes imóveis (que não estão cumprindo seu papel social) demonstrem a capacidade da população de organizar-se coletivamente e de resistir a toda essa contravenção imposta pelo sistema capitalista e pelo Estado que é conivente e legitima o descaso, revisando os planos diretores municipais, deformando a interpretação das leis em detrimento de interesses privados.

Para se ter um panorama da situação atual na Grande Florianópolis, segundo dados das autodeterminadas ocupações urbanas, cerca de 1000 famílias ocupam espaços em 11 comunidades<sup>3</sup>. Segundo Jefferson Maier<sup>4</sup> “São quatro na capital, quatro em Palhoça, duas em São José e um assentamento em Águas Mornas” Todos lutam pela dignidade de ter uma casa para morar com sua família e para isso, precisam lutar contra o despejo, falta de água, falta de saneamento, luz entre outros direitos sociais.

Nestes espaços, os indivíduos são protagonistas da sua própria luta. O modelo de organização coletiva está intrínseco ao modelo democrático, em que a partir do diálogo entre os pares, organiza-se o cotidiano na comunidade através das assembleias deliberativas, que determinam as tarefas necessárias para coexistência dentro da ocupação, respeitando as individualidades e suas necessidades mais básicas como limpeza, saúde, alimentação, educação e segurança a todos/as.

A exemplo das lutas do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que pautam grandes questões referente à reforma agrária neste país, as ocupações também percorrem os caminhos para o enfrentamento ao *status quo*, colocando-se com muita tenacidade em busca da resolução das várias questões que envolvem o problema da falta de moradia.

---

3 Disponível em: <https://objethos.wordpress.com/2022/05/23/por-que-realizar-coberturas-sobre-ocupacoes-urbanas-populares/>. Acesso em: 20 abril de 2023.

4 Pesquisador do programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

O grau de complexidade encontrado na questão está diretamente relacionado ao direito à propriedade privada e ao escárnio da mercantilização da habitação ao sistema financeiro especulativo (ROLNIK, 2015).

Isto posto, uma das chaves cruciais e como recurso definitivo, seria lançar mão de esforços principalmente políticos, de cumprimento da Constituição, em comum acordo com as forças dos estados e municípios. Seria uma rede de serviços públicos voltados ao atendimento digno para essa população.

No entanto, percebe-se que os estados e os municípios representam interesses que não são entendidos sob o ponto de vista lógico para a resolução do problema. Enquanto o Estado neoliberal (subjugado aos interesses da classe dominante) confabulam para facilitar a vida das incorporadoras, viabilizar o avanço/domínio do território, aumentar os lucros e as margens do capital, na outra ponta (e contrapondo-se a essa lógica) o povo que precisa morar não espera, luta para que as demandas da população dos sem teto sejam discutidas/enquadradas como uma necessidade primária e que deveria ser acolhida pelos gestores das cidades.

Em oposição a essa realidade, as comunidades lutam para ter seus direitos atendidos e ao mesmo tempo, sobrevivem a todos os conflitos e condicionamentos inerentes ao ato ocupar. A solidariedade “uns para com os outros” reforçam elos de pertencimento, de auto-organização, do reconhecer-se como classe trabalhadora, da proteção mútua, da potencialidade do movimento e da diversidade dos povos que tornam a luta uma das mais importantes dos tempos atuais.

Em Santa Catarina, de acordo com a COHAB/SC<sup>5</sup>, existe um *déficit* habitacional de 261 mil moradias, o que equivale a um município de médio a grande porte para o estado, *que não existe*.

Já o documento resultante da 1ª Conferência Municipal de Habitação de Florianópolis, realizada em 2019, aponta um cenário estarrecedor em relação à moradia:

O *déficit* habitacional na capital catarinense é de 24.246 moradias para famílias que ganham de zero a três salários mínimos, 12.977 para as que

---

5 Disponível em: <https://catarinas.info/numero-de-pessoas-sem-moradia-em-sc-equivale-a-populacao-da-maior-cidade-do-estado/> Acesso em: 09 de abril de 2023.

ganham de três a cinco salários mínimos e 17.327 para as famílias que recebem de 5 a 10 salários mínimos, totalizando 54.550.

O índice do *déficit* habitacional representa a falta de moradia em um determinado local. Os critérios utilizados são valor elevado do aluguel cuja renda não comporta tal pagamento e comprometem o orçamento familiar. As consequências disso são a precariedade das habitações e/ou então viver de favor.

A existência do *déficit* revela a carência de moradias. No estado de Santa Catarina, o índice supera 200 mil moradias, o que levou o governo do Estado a lançar um programa de combate ao problema chamado *SC Mais Moradia*. Esse índice está subnotificado (última atualização em 2019) aumentando, assim, as variáveis que envolvem a construção de políticas efetivas para resolução da questão.

De acordo com a Secretaria do Estado e do Desenvolvimento Social de Santa Catarina<sup>6</sup>, o número da falta de moradias é de 203.724 mil (considerando o ano de 2019 e as famílias com renda de até 5 salários mínimos) e, soma-se a esse número 50.885 mil em áreas de risco, consequência da falta de planejamento urbano para esses indivíduos.

Já a ABRAINCA (Associação Brasileira de Incorporadoras<sup>7</sup>) diz que o *déficit* habitacional é de 261 mil (2019), o que mostra que os números são aproximados e, provavelmente, superiores aos apresentados.

O IBGE<sup>8</sup> (último Censo realizado em 2010), utiliza a escala “número de domicílios/habitantes”, o que coloca o problema em estado de alerta, pois se tivermos 3,12 pessoas por domicílio multiplicado pelo *déficit* habitacional, teremos 635.619 mil sem moradia, uma cidade como a de Joinville. No mesmo período, o levantamento registrado de moradias não ocupadas era de 427.361 casas, estas ociosas e possivelmente abandonadas, e que poderiam ser utilizadas para amenizar tal situação.

Nesse sentido, o estado de Santa Catarina pretende diminuir o *déficit* com o programa *SC Mais Moradia* em 3,9% até 2026. Ou seja, temos um avanço no número de moradias a serem construídas de 7946 mil, insuficiente para resolver o total do *déficit*.

---

6 Disponível em: <https://www.sas.sc.gov.br/index.php/habitacao>. Acesso em: 21/05/2023.

7 Disponível em: <https://www.abrainc.org.br/>. Acesso em: 21/05/2023.

8 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/pesquisa/23/27652>. Acesso em: 21/05/2023

Trazendo os números para a região da Grande Florianópolis, a estimativa do estudo realizado para o relatório com registro do plano local de habitação de interesse social para a cidade de São José SC é que o *déficit* quantitativo e qualitativo em 2010, compreendido entre famílias de 0 (zero) a 03 (três) salários mínimos, chega à 29337 mil unidades<sup>9</sup>.

Na cidade de Palhoça SC, os números do *déficit* habitacional levantados pela COHAB/Palhoça<sup>10</sup> são de 15 mil moradias.

Nos dois casos anteriormente mencionados, sozinhos ultrapassam 44 mil moradias. Isso demonstra que o programa *SC Mais Moradia* não atenderá essa demanda e a consequência dessa concepção de programa, reforça a falta de políticas públicas de acesso à moradia e consequente precarização da habitação.

O presente trabalho de conclusão de curso foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, investigativa e visita *in loco* para estudo de caso acerca do direito à moradia na Grande Florianópolis, procurando auscultar em que medida esse direito à moradia é de fato acessível à população e quais os motivos dessa lacuna, pois, segundo os dados acima, estamos longe de afirmar que a moradia é um direito consubstanciado de fato. E, diante dessa problemática, discutir o papel social do Engenheiro Civil formado pela Educação Profissional e Tecnológica (doravante EPT) no/do IFSC.

## 1.1 Justificativa

Tendo em conta que a moradia ainda não é um direito assegurado a todas e todos no Brasil, em Santa Catarina e tampouco na Grande Florianópolis, cabe destacar o papel social do Engenheiro Civil formado pela EPT no/do IFSC à luz das ocupações urbanas, movimento social, político e popular, cuja bandeira de luta é o direito à moradia, a reforma urbana e a mitigação das desigualdades sociais.

---

9 Disponível em:

[https://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/Relatorio\\_registro\\_estrategia\\_de\\_acao.pdf](https://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/Relatorio_registro_estrategia_de_acao.pdf). Acesso em 22/05/2023.

10 Disponível em:

[http://www.cohab.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=405:palhoca-cohabsc-projeta-a-construcao-de-pelo-menos-300-apartamentos&catid=1:noticias&Itemid=61#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20presidente,estimado%20em%2015%20mil%20moradias](http://www.cohab.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=405:palhoca-cohabsc-projeta-a-construcao-de-pelo-menos-300-apartamentos&catid=1:noticias&Itemid=61#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20presidente,estimado%20em%2015%20mil%20moradias). Acesso em 24/05/2023.

## **1.2 Definição do Problema**

Qual é o papel social do/a Engenheiro/a Civil formado pela Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no/do IFSC em relação ao direito à moradia e às ocupações urbanas?

## **1.3 Objetivo Geral**

Refletir sobre o possível papel social do/a Engenheiro/a Civil formado pela Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no/do IFSC em relação ao direito à moradia e às ocupações urbanas.

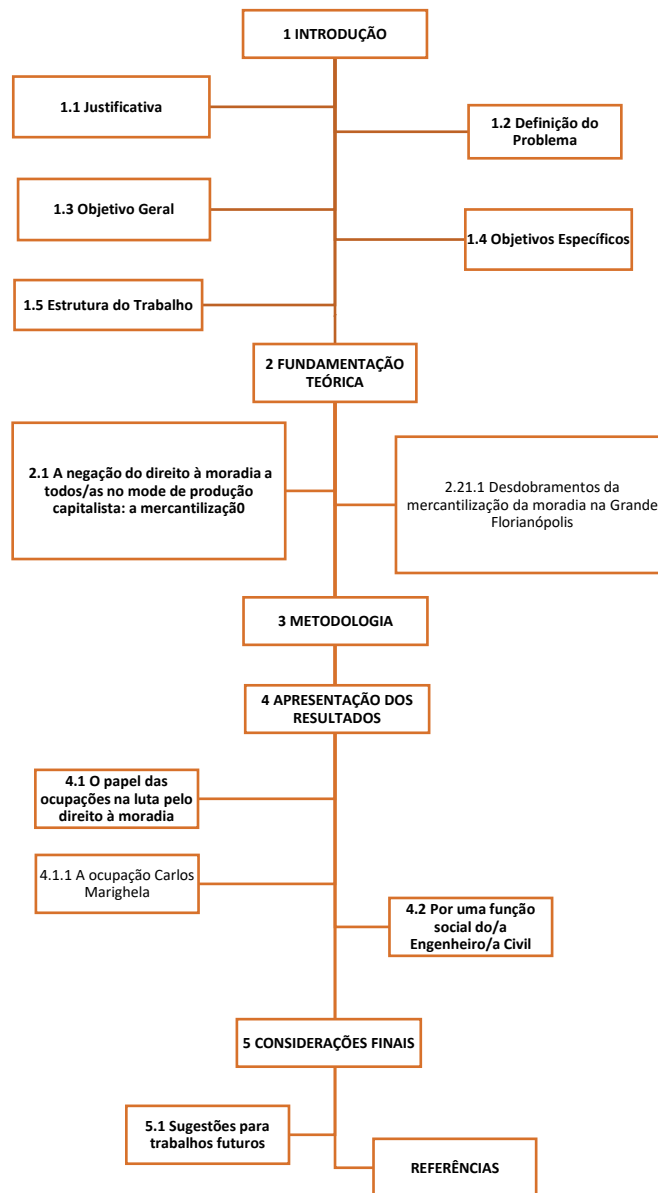
## **1.4 Objetivos Específicos**

- a) Realizar versão do estado da arte da produção do conhecimento acerca do processo de mercantilização da moradia na Grande Florianópolis.
- b) Destacar o papel e a luta das ocupações urbanas em prol da garantia do direito à moradia.
- c) Acompanhar, via observação, a ocupação Carlos Marighela, em Palhoça-SC, na Grande Florianópolis.
- d) Identificar como o conhecimento construído (ou a ausência dele) na formação do/a Engenheiro Civil no IFSC pode (ou não) contribuir nesse debate.

## **1.5 Estrutura do Trabalho**

Pretendendo alcançar os objetivos pertinentes ao presente trabalho, elaborei a seguinte estrutura conforme a Figura 1:

**Figura 1 – Estrutura do trabalho**



Fonte: Autor, 2023.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A presente fundamentação teórica está dividida em três seções: a primeira seção busca traçar uma versão do estado da arte da produção do conhecimento acerca da mercantilização da moradia/habitação na Grande Florianópolis, que impede que a referida seja de fato um direito social acessível a todos/as. A segunda seção destaca o papel e a luta das ocupações urbanas e as observações da ocupação Carlos Marighela, em Palhoça-SC. E na terceira seção problematizo sobre o papel social do/a Engenheiro/a Civil formado pela EPT no/do IFSC.

### **2.1 A NEGAÇÃO DO DIREITO À MORADIA A TODOS/AS NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: A MERCATILIZAÇÃO**

É possível afirmar, conforme Marx (2013, p. 113-158), que, em linhas gerais, o modo de produção capitalista está assentado na produção de mercadorias. Em sua trajetória evolutiva, desde a Revolução Industrial até os dias atuais, esse modo de produção tem sobrevivido às várias crises que passou, algumas que representaram o fim de um arquétipo de funcionamento do sistema, outras provocadas, sobretudo pelo estabelecimento de novas mercadorias, que, pelas vias da extração da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa, garantem a remuneração ao capital dos capitalistas, seus detentores.

De acordo com Harvey (2014, p. 349), nas condições impostas pelo capitalismo na atualidade, o mercado financeiro determina quais são as coordenadas para gerir seu crescimento e sua extração máxima de lucro com qualquer coisa que se possa comercializar.

A moradia e as condições de vida são reflexo deste modelo capitalista que não trata a população como parte do sistema, mas sim, como uma mercadoria que deve ser exaustivamente revertida em lucro.

Isso faz com que a grande massa de trabalhadores, que precisam vender sua força de trabalho para viver fique exposta às variações deste mecanismo que necessita de crises para se manter viável e que destas surgem graves e importantes

problemas estruturantes, abarcando vários aspectos da produção da existência, alguns deles envolvendo também a falta de moradia.

Seguindo com Harvey (2014), temos como principal exemplo disso é a crise imobiliária ocorrida nos EUA em 2008. Criada a partir de financiamentos bancários, com mecanismos de crédito hipotecário e com taxas super elevadas de juros, a crise acabou impossibilitando que os devedores pudessem honrar as hipotecas imobiliárias, tendo que, da noite para o dia, ir morar em barracas nas ruas e deixar suas casas abandonadas.

Os bancos, por sua vez, no afã de revender os títulos podres, disponibilizaram esses imóveis a grupos de investidores que rapidamente os colocaram no mercado de ações. Essas ações, vendidas infinitas vezes a acionistas do mundo todo, renderam lucros rápidos e exponencialmente maiores do que se os bancos recebessem as hipotecas.

Em concomitância, após os anos 2000, ocorre o fenômeno conhecido como “bolha imobiliária” que abre um novo precedente para o que conhecemos e o que chamamos nos dias atuais como a mercantilização do espaço.

O documentário *Push: ordem de despejo* (2019), nos ajuda a entender a questão. Historicamente, a disputa do espaço territorial sempre foi motivo de grandes dificuldades para as pessoas. Neste contexto, percebe-se o aumento exponencial dos preços dos imóveis ao redor do mundo e a perda de renda e capacidade dos trabalhadores poderem pagar por moradia digna.

Encontramos diversos problemas (antigos e novos) relacionados à moradia e suas implicações, por exemplo, perda de renda dos trabalhadores e a aquisição dessas propriedades pelas corporações para usá-las como alavanca financeira e assim obter o controle dos negócios imobiliários.

Mas o movimento/problema imobiliário constatado/desnudado por especialistas, pesquisadores e por representantes dos direitos humanos e moradia da ONU (Organização das Nações Unidas) e da ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) está longe de ser uma questão simples, trivial.

Trata-se de um forte movimento e um avanço do capital em nível mundial, com voracidade de lucrar não somente com a especulação imobiliária, mas

monopolizar os espaços, gentrificar<sup>11</sup> as comunidades e gerar lucros com movimentações financeiras a partir da aquisição de imóveis (do tipo unifamiliar) em grande escala.

As grandes corporações pouco se importam se as comunidades estão sendo excluídas dos lugares em que sempre viveram. As histórias de vidas muito menos. Os pequenos negócios não importam. Esse tipo de movimento rende lucros as corporações, empresas como a *Blackstone*<sup>12</sup>, responsável pelo modelo cujo foco principal é atender seus investidores.

Na modalidade das transações imobiliárias (compra aluguel e venda de imóveis), o risco do investimento e a espera pela venda/aluguel de um imóvel sempre determinava os limites deste tipo de negócio. Para cada região, com empresas geralmente locais, o fluxo de capital sempre dependeu dos negócios ocorridos neste espaço de tempo e, de certa maneira, sempre dependeu das pessoas tanto para morar, para movimentar essas transações como a compra e a venda, assim, gerando os respectivos lucros.

Essa nova modalidade capitalista (ativos financeiros) em que os imóveis nas mãos de grandes corporações representam lucros imediatos, não respeita/exclui as pessoas, não protege/viabiliza o local, nem mesmo se preocupa com os imóveis adquiridos, uma vez que não os interessa mantê-los cumprindo sua função social, que é servir de moradia para as pessoas.

Os imóveis tornam-se fonte de lucros nos dois sentidos: logo que são adquiridos, passam a ser vendidos como ações; e acontece a supervalorização/exploração/especulação imobiliária sem precedentes, uma vez que uma única empresa, possui o monopólio dos negócios imobiliários.

---

11 Gentrificação: Ação que consiste no restabelecimento do setor imobiliário degradado que, constituído pela restauração ou revigoração de imóveis, faz com que esses lugares, supostamente populares, sejam enobrecidos. Quem não consegue pagar pelo custo da moradia, é automaticamente afastado para as periferias da cidade.

12 A *Blackstone Group* é uma empresa multinacional de origem americana focada na gestão de ativos e serviços financeiros diversos. A sede da companhia fica na cidade de Nova York. Atualmente a *Blackstone* pode ser considerada uma das maiores companhias de investimentos do mundo, principalmente em relação a [fundos de private equity](#), crédito e *hedge funds*.

As ações dão retorno financeiro em curto prazo e com baixo risco. Trata-se de pequenas/milhares de ações vendidas infinitamente a investidores, gerando lucros a partir das movimentações financeiras.

Tendo esse controle sobre o espaço (no filme mostra um mapa de uma determinada região, cuja nuvem de pontos toma quase todos os espaços, representando a alta quantidade e o lugar dos imóveis adquiridos pela incorporadora), a supervalorização/exploração/especulação imobiliária mostra o quão poderosa é essa corporação e quão lucrativa é essa manobra.

Ambas funcionam como um jogo, podendo atuar em países onde os governos permitem e onde não existem legislações para frear essas operações. Desse modo, podem se desresponsabilizar pelos possíveis problemas, ficando apenas com o lucro, nada mais.

As pessoas, bem como a função social da moradia como direito humano tornam-se indesejáveis. Alguns focos de resistência por parte das comunidades podem ser facilmente destruídas, uma vez que o capitalismo desempodera as pessoas que não conseguem se defender como grupo social, muito menos defender o espaço no qual estão inseridos como trabalhadores, pois aquele espaço de produção da existência de cada indivíduo pode ser expropriado das pessoas, caso isso for do interesse dessas corporações.

O processo de gentrificação é um dos problemas gerados por esse fenômeno: as pessoas “indesejadas” assumem características bem peculiares tais como a cor da pele, o poder aquisitivo. O que se “deseja” para que esse processo de lucratividade/supervalorização desse mercado imobiliário é que pessoas abastadas vivam nesses lugares e que ocorra a conversão da casa em mercadoria e ativo financeiro para ser mercantilizado (Rolnik, 2015, p. 31).

Então, deveríamos estar questionando: por que governos adotam/aceitam esse sistema que beneficia somente a corporação que visa somente o lucro e desdenha as pessoas? Como é possível que esta corporação obtenha lucros superiores ao PIB de muitos países e os governos não respeitam nem regulam essas atividades, cujas consequências são desastrosas para o mundo todo?

As ordens de despejos continuam excluindo as pessoas, tanto do campo quanto da cidade, extraindo delas lugares em que produziram e produzem suas existências e deixando-as suscetíveis a todo tipo de indignidade, da qual podemos

destacar a migração/deslocamentos forçados dessas populações, numa procura desesperada pela sobrevivência.

Teríamos como impedir a perda desses direitos fundamentais? As políticas públicas para moradias e a regulamentação desse tipo de fraude financeira podem reverter esse problema estrutural?

Todos os esforços empreendidos pela luta por moradia nas ocupações pretendem caracterizar a importância da mobilização coletiva para que o Estado promova as políticas públicas necessárias para a questão habitacional.

O papel do Estado é fundamental para a provisão da moradia, demonstrado pelo estudo a seguir:

A incapacidade da economia privada em subvencionar as necessidades mínimas de moradias exige a intervenção permanente dos organismos públicos, em nível local e em nível global. Esta intervenção não é única, e sim insere-se no interior da política do Estado e, em particular, de sua política econômica. Assim, diferentes soluções serão propostas, com relação ao mesmo problema, segundo as variações da conjuntura histórica. As formas da moradia, a situação e os ritmos do mercado imobiliário variaram igualmente, mas sempre no interior de certos limites definidos respeitando as regras fundamentais da economia capitalista, em particular no que concerne à propriedade imobiliária e o teto dos aluguéis e dos preços (CASTELLS, 2011, p. 236-237).

Em torno da apropriação da renda imobiliária é travada uma luta no contexto urbano e,

Fazendo um raciocínio muito esquemático, de um lado estão os usuários da cidade, os trabalhadores, aqueles que querem da cidade condições para tocar a vida: moradia, transporte, lazer, vida comunitária, etc. Esses vêem a cidade como valor de uso. Do outro lado estão aqueles para quem a cidade é fonte de lucro, mercadoria, objeto de extração de ganhos. Estes encaram a cidade como valor de troca. A luta que se trava na cidade pela apropriação da renda imobiliária é a própria expressão da luta de classes em torno do espaço construído (MARICATO, 1997, p. 44).

De acordo com Mézaros (2013),

[...] o conceito de capital é muito mais fundamental que o de capitalismo. O último está limitado a um período histórico relativamente curto, enquanto o primeiro abarca bastante mais que isto: ocupa-se, além do modo de funcionamento da sociedade capitalista, das condições de origem e desenvolvimento da produção do capital, incluindo as fases em que a produção de mercadorias não é abrangente e dominante como no capitalismo.

A mercantilização faz parte do avanço do capital, e que assevera o problema habitacional, numa lógica neoliberal irrestrita de privatizações daquilo que é público, precarização do trabalhador brasileiro e a financeirização do sistema habitacional em nível global.

O resultado disso é a moradia como ativo financeiro, e a ideia parte do ponto de vista do capital de que “não há alternativa” ao capitalismo.

Adicionando outras memoráveis considerações acerca do capitalismo, para Hegel o capitalismo é decretado com “fim da história”. Margaret Thatcher (1970) afirmou que “não há alternativa”. Stalin, na década de 1950, propôs uma espécie de “socialismo de mercado” que era a restauração do capitalismo sob a hegemonia do Estado pós-capitalista soviético, incapaz de superar o capital. Gorbachev declarou que “não há alternativa” e, através de decretos restaurou a propriedade privada “o socialismo de mercado”, na união soviética em 1989 (MÉSZÁROS, 2013).

Segundo HARVEY (2014), a principal realização do neoliberalismo foi redistribuir, em vez de criar riqueza e renda. Tal redistribuição ocorreu via “acumulação por espoliação” caracterizada por:

- i. privatização e mercadificação de ativos públicos, incluindo-se a habitação social;
- ii. a financialização, via desregulamentação do sistema financeiro, que se tornara, então, um dos principais centros da atividade redistributiva;
- iii. a administração e manipulação de crises como uma sofisticada arte de redistribuição de riqueza de países pobres para países ricos;
- iv. redistribuição via Estado, que passa a reverter o fluxo que vai das classes altas para as baixas, prática que esteve presente na era do liberalismo embutido (HARVEY, 2014, p.1045).

O neoliberalismo, sabiamente, pela simpatia que envolve a noção de “reforma” que noutros tempos estava ligada às lutas dos subalternos para transformação da sociedade de cunho progressista e até mesmo de esquerda, apropria-se desta e a usa em seu favor. Atualmente, esta vem com força no sentido de restringir, cortar gastos, supressão de controles e direitos (COUTINHO, 2010).

A moradia é uma mercadoria especial, pois exige financiamento prévio para consumo, demora-se um longo período para construção, sua vinculação com a terra exige um novo solo para a edificação e sua produção têm relação com os investimentos públicos feitos na cidade (MARICATO, 1997).

Para Harvey (2014, p. 71)

A teoria da renda fundiária resolve o problema de como a terra, que não é um produto do trabalho humano, pode ter um preço e ser trocada como uma mercadoria. A renda fundiária, capitalizada como o juro sobre algum capital imaginário, constitui o “valor” da terra. O que é comprado e vendido não é a terra, mas o direito à renda fundiária produzido por ela. O comprador adquire um direito sobre as receitas futuras antecipadas, um direito sobre os frutos futuros do trabalho. O direito à terra se torna, em resumo, uma forma de capital fictício.

Todas as rendas são baseadas no poder de monopólio dos proprietários privados sobre certos ativos. Desta forma, cria-se a escassez e retenção de terras para especulação no futuro.

Para Rolnik (2015, p.160) a questão está: “Sob a hegemonia do capital financeiro e rentista, a terra mais do que um meio de produção torna-se uma poderosa reserva de valor”.

Ainda segundo o estudo

[...] para além de justificar a urbanização sem crescimento econômico, os processos que estamos testemunhando nesta fase apontam para uma nova dinâmica e um novo papel das terras ocupadas pelos pobres, em contextos urbanos e rurais. Na fase financeirizada e rentista do capital, as terras apropriadas sob regimes de posse que não a propriedade individual titulada e registrada, no campo e nas cidades, passam a funcionar como uma reserva, passível de ser ocupada a qualquer momento por frações do capital financeiro em sua fome incessante de novas garantias para seus ativos. Assim, de locus de um exército industrial de reserva, as favelas do mundo convertem-se em novas reservas de terra para extração de renda, sob a hegemonia do complexo imobiliário-financeiro (ROLNIK, 2015, p. 166-167)

A provisão de moradia poderia ser atendida se o sistema de crédito e a formação de empresa fosse de capital aberto. No entanto, isso acarretaria em um novo problema, que abre a caixa de Pandora dos *booms* e *crashes* especulativos associados à circulação de capital fixo. Se resolve um problema e cria-se outro, o das crises autônomas (HARVEY, 2014).

Nesse sentido

a moradia vem sendo amplamente produzida como negócio urbano financeirizado sobretudo através das grandes incorporadoras, que rasgam a política urbana e contribuem para o aprofundamento dos processos de valorização do espaço, espoliação e segregação, reproduzindo periferias e produzindo novas periferias (VOLOCHKO, 2015, p.98).

Em pleno século XXI, o aumento do número de pessoas que não tem onde morar, é resultado da desconstrução global da habitação e da transformação da

habitação em ativo financeiro. No Brasil isso é dramático sob o ponto de vista do direito à moradia que nunca teve um modelo baseado no “bem-estar social”, o *welfare state*<sup>13</sup>.

Não só a iniciativa privada, sedenta por desenvolver produtos financeiros experimentais para moradia, também o Estado fracassou pelo abandono de políticas públicas de habitação, sob as quais a sociedade, em comum acordo, concorda que se deve distribuir as riquezas e diminuir as desigualdades sociais. A casa se torna um bem de uso em capital fixo, na nova economia centrada na moradia como um meio de acesso à riqueza (ROLNIK, 2015).

Para contextualizar melhor acerca das políticas de incentivo à produção habitacional em nosso país, antes de ser substituído pelo *Casa Verde Amarela*, o Programa *Minha Casa Minha Vida* lançou como volume total de financiamento cerca de R\$ 300 bilhões no ano de 2012. Juntamente com estados e municípios, a federação promoveu o maior pacto ocorrido na história para obras de infraestrutura: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O PAC resultou no incremento do orçamento dos municípios brasileiros, um montante de R\$ 20,8 bilhões (CARDOSO; MADEIRA, 2017), entrando em decadência posteriormente.

Segundo ROLNIK (2017), o valor se reduz simplesmente a zero reais para custeios de projetos de habitação rural e urbanização de favelas (Faixa 1 do MCMV).

Daí em diante, iniciou-se em 2018 alguns processos para buscar alternativas viáveis e no empenho para criar novos cenários possíveis:

Prover moradia para a população de baixa renda é algo muito mais complexo do que a ideia simplista (e muito usada pelos governos brasileiros) de distribuir casas. A má localização dos empreendimentos populares, distantes da infraestrutura e das oportunidades de emprego, prejudica não apenas a vida desses moradores como todo o funcionamento da cidade. Há ainda a dificuldade desta parcela da população em arcar com manutenção de suas residências e os impasses sobre o que fazer em casos de inadimplência, além do alto investimento que programas como Minha Casa Minha Vida representa aos cofres públicos em tempos de crise. Nesse cenário, começam a surgir alternativas à desgastada fórmula da casa própria, com especial destaque para o modelo de locação social, que busca ofertar moradia para quem mais precisa de maneira rápida, flexível e pouco onerosa (PAOLINELLI, 2018, p. 15).

---

13 O Estado de bem-estar social moderno nasceu na década de 1880, na Alemanha, com Otto von Bismarck, como alternativa ao liberalismo econômico e ao socialismo.

Por parte dos municípios, agora sem recursos e alinhado com as tendências neoliberais vigentes mundo afora, entende-se que o único caminho possível é que se deve entregar de “*mão beijada*” a solução para falta de moradia para a iniciativa privada. Estas empresas privadas, fortalecidas pelos recursos polpudos do governo federal, abrem as porteirolas e “*passam a boiada*” (de uma vez por todas) da mercantilização da moradia, da super valorização fundiária e da segregação urbana (MENDONÇA; COSTA, 2011).

Esse movimento torna-se possível diante do exposto, e graças a precarização dos projetos de habitação popular, a ideia da moradia como mercadoria se sobrepõe a da moradia como direito (ROLNIK, 2015).

Nesse contexto de avanço do neoliberalismo e de mercantilização do espaço urbano, sobram disputas e faltam moradias. A seguir, destaco algumas ideias da autora Raquel Rolnik<sup>14</sup>.

A moradia é um dos elos fundamentais no processo de valorização do capital financeiro. O espaço serve como uma espécie de passagem para o capital financeiro global. Ocorre então a circulação desses fundos imobiliários multiplicando os lucros a partir da especulação imobiliária.

Remover essa barreira significa permitir que o capital imponha sua lógica de mercado livre, descarte os que não podem competir para adquirir tal mercadoria, e revenda infinitas vezes sob a forma de ativos no mercado de ações.

O processo histórico de financeirização, ocorreu na Europa e nos Estados Unidos a partir dos anos de 1980 e 1990, de forma a “desmantelar” a política habitacional como política social, como parte importante de um Estado de bem-estar, rumo à mercantilização da habitação e sua transformação em ativo financeiro.

Na América Latina, infelizmente o processo foi de decapitação e descontinuidade das possibilidades de políticas para criação do bem-estar social. A maioria das moradias foram construídas pelos próprios habitantes e assentados.

O Chile de Augusto Pinochet<sup>15</sup> serviu como laboratório de experimentação para pôr em prática a primeira versão da produção em massa de moradias como

---

14 Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/chaves-para-pensar-a-moradia-como-um-direito-e-nao-uma-mercadoria-na-era-da-financeirizacao/>. Acesso em: 10 de maio de 2023

15 O saldo dos 17 anos de ditadura no país foram cerca de 3 mil mortes e mais de 40 mil torturados.

produto a ser mercantilizado. O modelo baseou-se em crédito imobiliário e recursos públicos subsidiando os circuitos altamente financerizados, ótima lucratividade porém de péssima qualidade.

No Brasil, com o Programa *Minha Casa Minha Vida*, foi possível algo semelhante ou com elementos comuns: construir a casa individualmente em série por incorporadoras com abertura de capital na bolsa de valores.

Nos dias atuais, o processo de financeirização vem se aprofundando, pois o Estado passa a ser gerido por governos neoliberais e com ideologias da extrema-direita, colocando um ponto final na ideia da habitação como política pública e garantia dos direitos conquistados.

Assim, ocorre o problema em torno do aluguel. Sem casa própria, surgem proprietários corporativos, que foram beneficiados pelos programas afirmativos antes existentes. Agora lucram com o rentismo em diferentes modalidades como as Plataformas digitais<sup>16</sup>, sem a regulamentação do Estado e gerando evasões fiscais<sup>17</sup>.

Esse processo histórico traz um dado alarmante quando se fala em números de registros oficiais de imóveis. Ou seja, 85% da população vive em casas próprias e destas, mais da metade são ocupações, favelas, autoconstrução, loteamentos irregulares e ilegais, assentamentos.

O aluguel sempre se contabilizou a título de posse e em pequena proporção. O que se observa é o aumento desta proporção. Ocorre, decorrente disso e os estudos realizados na Universidade de São Paulo, apontam que nos assentamentos auto construídos, também ocorre o aumento do aluguel e a construção de mais apartamentos para compor a renda da família.

Isso se dá como parte de um processo de consolidação e expansão dos assentamentos (escassez de terras para novos loteamentos), gerando uma segunda onda de aluguel informal nos mercados populares.

No mundo do mercado formal altamente financeirizado, ocorre a transformação da habitação em serviços, ou seja, o aluguel de pequenos imóveis em grandes centros viabiliza a comercialização do tempo de uso e não do espaço.

---

16 A exemplo do Airbnb, modelo de negócio criado a partir da economia compartilhada.

17 Disponível em: <https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2021/04/20/falta-de-regulamentacao-do-airbnb-gera-evasoes-fiscais/>. Acesso em: 24/05/2023.

As plataformas conseguem penetrar em todos os mercados, inclusive em favelas onde a maioria das propriedades não é legalmente oficializada em cartório. Isso exemplifica razoavelmente a real dimensão da financeirização da moradia.

Sendo assim, faz-se necessário a inversão da lógica da mercadorização. A terra, o espaço construído e o solo estão muito suscetíveis aos ataques deste mercado de circulação, gerando insegurança e vulnerabilidade individual.

No Uruguai<sup>18</sup> por exemplo, existem as cooperativas para construção de moradias que baseiam-se em formas solidárias/coletivas, em que as relações criadas em todo o processo construtivo (pessoas e moradia) são bastante complexas. Conseqüentemente, ocorre uma proteção desses espaços quanto aos ataques especulativos.

Não só as cooperativas constroem moradias dignas e de qualidade, mas também o estado do Uruguai fornece as terras públicas para quem precisa. No mundo todo ocorre o contrário, se entrega terras públicas *de bandeja* ao setor financeirizado e ao capital especulativo.

Nessa lógica, passou-se a definir o modelo de urbanização das cidades que, em vias gerais, transformou-se em instrumento de negação de direitos. Daí vem os estigmas e as condenações (ilegal e irregular) de uma parte da produção da cidade. Os problemas decorrentes disso são: discriminação, falta de serviços públicos, negação da infraestrutura e o direito de pertencer à cidade.

O Estado, omissos nos direitos para com a população e alinhado aos interesses corporativistas, planeja aquilo que o setor imobiliário quer: torres corporativas, bairros exclusivos, *shopping center* etc. Esses produtos imobiliários transformam as cidades e definem o cotidiano e a vida das pessoas, tornando-se uma linguagem que nada tem a ver com a realidade.

Revisonar/planejar a cidade é necessário, mas que nela sejam incluídas as discussões raciais e de gênero, isso que se apresenta como “planejamento da cidade” se refere a homens brancos, com seus privilégios resguardados pelo Estado e que pouco se importam se os direitos da maior parte da população são negados.

---

18 Política habitacional de caráter cooperativo, promovida pela Fucvan (Federação Uruguaia de Cooperativas de Moradia de Assistência Mútua) que existe a décadas e sobreviveu a governos diversos.

Uma reforma urbana deveria estar a serviço das necessidades da população, tendo o compromisso de incorporar o direito à cidade e à moradia como parte do planejamento. No entanto, vemos que no campo de batalha do urbanismo, atacar o direito à cidade faz parte da lógica imobiliária e financeirizada.

O neoliberalismo avançou muito nas últimas décadas principalmente com projetos denominados como “parceiras público-privadas” (PPP), embaralhando as variáveis dentro do campo do planejamento e comprometendo as questões voltadas aos direitos à urbanidade.

Frente a essa situação, é necessário que se lute pela cidade, as pautas sobre a reforma urbana devem ser estrategicamente repensadas, integradas às agendas dos direitos à moradia e tendo como eixo a discussão do espaço e do planejamento.

Em resumo, vimos que no atual estado sociometabólico<sup>19</sup> do modo de produção capitalista, a moradia passa a ser uma mercadoria disponível somente a quem pode pagar por ela, sendo que nessa lógica, deixa, por outro lado de ser um direito social, como expresso na CF 88.

Na seção a seguir, veremos como o processo de mercantilização da moradia apresenta desdobramentos na Grande Florianópolis.

### 2.1.1 Desdobramentos da mercantilização da moradia na Grande Florianópolis

Na atualidade, a questão habitacional revela o grave descaso do poder público no que tange às políticas de execução de programas habitacionais com foco na construção de moradias populares. Poucos projetos foram de fato concretizados e são insuficientes para garantir moradia digna a todos.

A região metropolitana de Florianópolis, nos casos estudados por Souza e Sugai (2018), as cidades de Biguaçu, São José e Palhoça apresentam algumas particularidades no que se refere às questões envolvendo a urbanidade. Comumente,

---

19 Expressão cunhada pelo autor István Mészáros.

a visão sobre a urbanidade destas são apresentadas pela mídia como cidades mais desenvolvidas, com maior empregabilidade, seguras e sem problemas urbanos.

No entanto, a periferia da cidade da capital catarinense tem sido motivo de preocupação em relação às problemáticas originadas dessa conurbação desenfreada e com sérios problemas para a maior parte da população que vive nessas franjas urbanas.

Do ponto de vista de Sugai (2003, p.2),

só é possível compreender a atual dinâmica urbana de Florianópolis e seus recortes – como a de qualquer outra área conurbada – se for considerado o todo intraurbano, com as articulações e fragmentações, suas desigualdades e segregações, seus conflitos socioespaciais e contradições, a acessibilidade e o isolamento, a localização da riqueza e da pobreza, as disputas e as gestões locais, entre tantos aspectos da complexidade intraurbana.

As ocupações nas áreas conurbadas de Florianópolis com as cidades de Biguaçu, São José e Palhoça são produto direto da dependência socioeconômica da população que mora no Continente e trabalha na Ilha, e que todo dia se desloca para produzir a sua existência na capital catarinense.

Outros fatores que ocasionam esse “vaivém” todos os dias é que a Ilha é um ambiente sensível com APPs, morros, lagoas, mangues e dunas, o que restringe ainda mais a ocupação do solo nessas áreas.

O aumento do preço por metro quadrado na Ilha fez com que os deslocamentos aumentassem à procura de terrenos mais baratos, e assim ocorre a ocupação desse entorno da pior forma possível, sem infraestrutura mínima adequada ou ausência total dela.

Desta fragilidade social e a partir do século XIX, para os pobres restou ocupar áreas ambientalmente frágeis e de difícil acesso, originando as comunidades que até hoje permanecem sem a presença do Estado, ou seja, um histórico de falta de planejamento urbano, ou de planejamento urbano desconsiderando os/as mais pobres de pelo menos 40 anos.

Por outro lado, e já na década de 1960, as áreas de interesse do poder hegemônico supervalorizaram, e com os investimentos públicos e privilégios garantidos, utilizaram o aparelho estatal a favor da concentração urbana e,

conseqüentemente, do acúmulo da riqueza nestas regiões atendidas com saúde, segurança e infraestrutura adequadas.

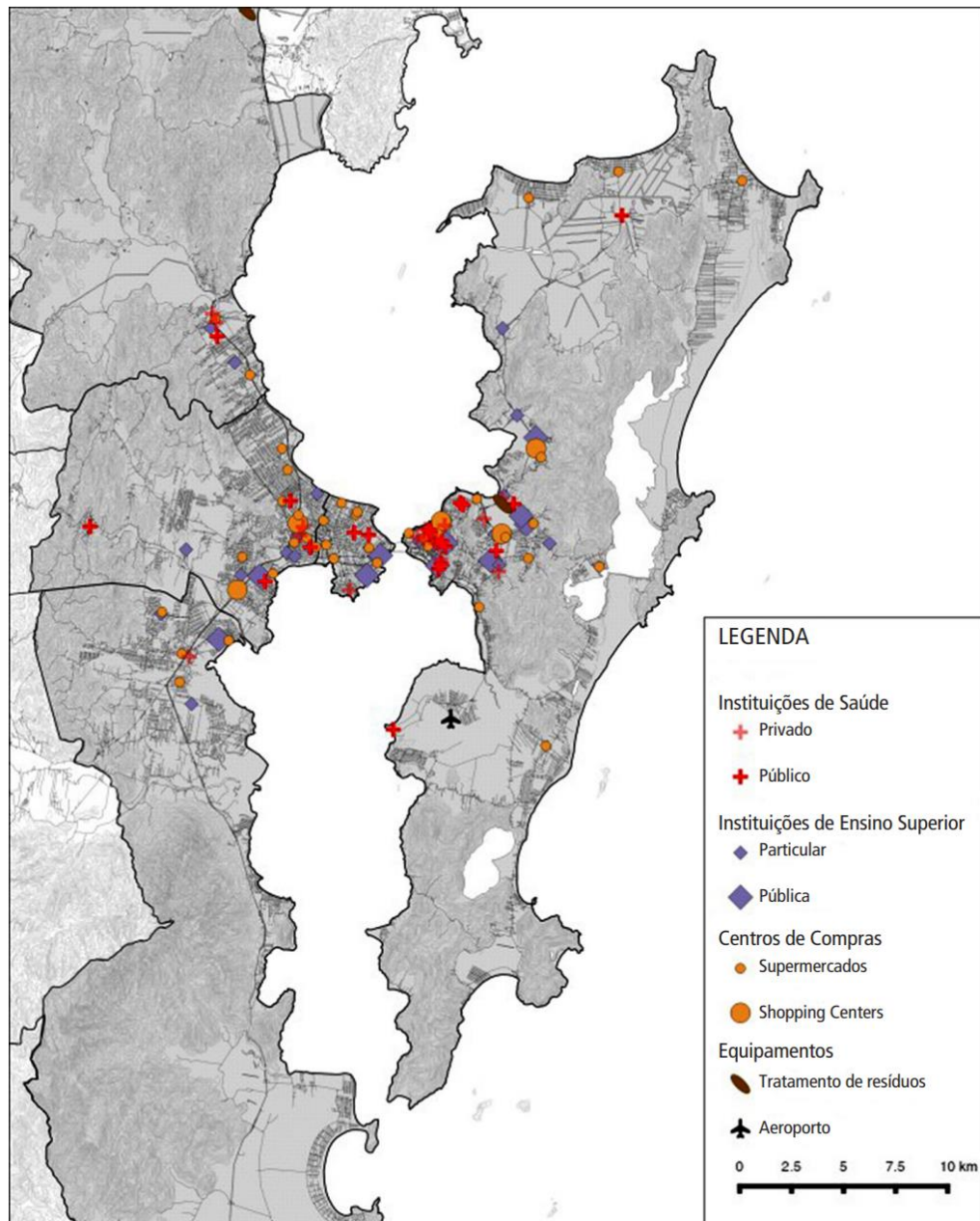
Recordando um importante estudo realizado por Sugai (2009, p. 79)

identificou e cadastrou 171 áreas de informalidade e pobreza na região. São localidades que apresentam situações bastante diferenciadas, como assentamentos nas encostas do Morro do Maciço Central, próximo às áreas centrais de Florianópolis (e que se assemelham às ocupações informais nos morros do Rio de Janeiro). Há também favelas sobre mangues, dunas e em áreas próximas a rios e orlas. A favela Vila do Arvoredo, situada sobre dunas ao Norte da Ilha, e a favela de Frei Damião, nas áreas inundáveis do Brejarú, na divisa entre municípios de Palhoça e de São José, estão entre os exemplos.

Segundo Villaça (2001), outro fator que converge com a distribuição espacial das camadas sociais é a presença de comércio, órgãos públicos, serviços e indústrias, que fazem com que o preço dos imóveis em áreas bem específicas se elevem, só sendo acessados por quem pode pagar por tal privilégio.

O mapa apresentado na Figura 2, demonstra a apropriação privada dos bens socialmente produzidos:

**Figura 2 – Principais serviços e comércios na área conurbada da RMF**



Fonte: Sugai (2015).

O mapa acima apresentado mostra a concentração em determinadas áreas de serviços, empregos, instituições acumuladas no centro do município de Florianópolis. Também apresenta uma oferta razoável no continente.

O MCMV foi concebido para atender a demanda habitacional ao público de baixa renda para reduzir o déficit e diminuir a informalidade no setor habitacional.

A ideia do programa é resolver um problema histórico do país, subsidiando a construção da casa própria de acordo com as faixas de renda de cada família. O

índice do déficit habitacional está na faixa de renda 1, conforme já apresentado na figura 4 do presente trabalho.

O que ocorreu, e segundo as informações da Caixa Econômica Federal (2016), foi que a grande maioria dos empreendimentos financiados pelo programa ocorreram nas faixas de renda 2 e 3 e nas áreas periféricas, nas cidades de São José, Palhoça e Biguaçu.

O setor da construção civil, após o fim do Banco Nacional de Habitação (BNH), vê-se diante da oportunidade de alocação de um montante de recursos jamais visto na história deste país. Rapidamente encontra a equação mágica para isso: o preço do terreno nessas cidades vizinhas é mais em conta, e a partir do financiamento subsidiado pelo governo federal, nas faixas de renda 2 e 3 com melhores condições econômicas, que permite maior fluxo para venda de unidades financiadas, resulta no aumento substancial dos lucros das construtoras.

Esse movimento planejado, totalizou um volume de 89% das habitações construídas pelo programa MCMV. Na faixa 1, o percentual foi de apenas 12% do total dos financiamentos nessas cidades conurbadas.

Os dados do Quadro 1, obtidos pelos registros da Caixa Econômica Federal, demonstram os percentuais das unidades financiadas conforme a faixa de renda:

**Quadro 1 - Totais de unidades habitacionais contratadas pelo MCMV até junho de 2016**

Município	Faixa de Renda	Unidades Habitacionais (UH) Contratadas		Totais (UH)	Porcentagens (%)
Biguaçu	Faixa 1	512	25,17%	2.034	16,43%
	Faixas 2 e 3	1.522	74,83%		
Florianópolis	Faixa 1	166	17,31%	959	7,75%
	Faixas 2 e 3	793	82,69%		
São José	Faixa 1	0	0,00%	3.256	26,30%
	Faixas 2 e 3	3.256	100,00%		
Palhoça	Faixa 1	800	13,05%	6.130	49,52%
	Faixas 2 e 3	5.330	86,95%		
Totais				12.379	

Fonte: Caixa Econômica Federal (2016).

Conseqüentemente e não por acaso, a posse de glebas das terras com infraestrutura consolidada são apropriadas e mantidas subutilizadas para fins especulativos, contribuindo e agravando os problemas Socioespaciais e a segregação.

Se o pobre quiser construir, muito provavelmente terá de comprar em terrenos distantes do centro e com nenhum acesso aos bens públicos e direitos básicos como saneamento, posto de saúde, escolas básicas, linhas de transporte entre outros.

O estudo realizado por Ferreira (2012, p. 93) demonstra a consolidação dos grandes vazios urbanos, segregação socioespacial e os bairros monofuncionais em áreas isoladas e desarticuladas da malha urbana.

O resultado desse modo de produção das cidades faz com que os seus moradores tenham que arcar com o ônus de um sistema dominado por pessoas que negociam todas as necessidades individuais de forma clandestina e criminoso. Isso inclui também a compra da própria unidade habitacional.

Ainda sobre o que Ferreira (2012, p. 93) pesquisou, se somam a isso as poucas linhas de ônibus com horários restritos, impossibilidade de estudar, de obter atendimento médico e de exercer qualquer atividade laboral fora do horário convencional.

Ou seja, o que o estudo demonstra que é inviável adquirir imóveis neste modelo de cidade. Os obstáculos serão muitos para que uma família possa viver nestas condições, com um contexto urbano essencialmente contraditório, em que o pleno acesso à cidade, aos serviços e aos direitos é negado a quem é obrigado/a a viver nesses locais.

A Figura 3 (Condomínio Residencial Saudade, localizado na Rua Treze de Maio, 4440 - Saudade, Biguaçu – SC) exemplifica a ineficácia ou o mau uso das políticas de subsídio para construção de unidades habitacionais na periferia da Grande Florianópolis:

**Figura 3 – Fotografia aérea no município de Biguaçu**



Fonte: Felipe Cemin Finger (2016).

Concluindo, o espaço segregado nesta área conurbada é consequência de anos de falta de planejamento urbano e má distribuição dos recursos públicos aos/às mais empobrecidos/as.

O processo gerado de espraiamento urbano nos municípios vizinhos tem gerado empreendimentos em zonas monofuncionais<sup>20</sup>, não permitindo que as pessoas que precisam morar nessas áreas possam acessar direitos tais como saúde, educação, etc.

Nestes moldes, o programa habitacional mais volumoso já ocorrido na história de nosso país, apesar de construir o maior número de unidades habitacionais subsidiadas por um governo, concentrou os lucros e favoreceu a apropriação privada de um bem tão importante para a vida: a moradia.

Esse processo não só apartou socialmente em áreas isoladas e segregadas mas, reproduziu as desigualdades abismais existentes na nossa sociedade.

É possível que sua eficácia possa ser revista, a partir de um controle maior no uso e ocupação da terra, priorizando o uso desses investimentos subsidiados aos que realmente precisam, aqueles que se encaixam na Faixa 1 para financiamento, e enfim, diminuir as disparidades na vida dessa população.

Apresento algumas ideias do autor Luís Fugazzola Pimenta<sup>21</sup> sobre habitação popular e espaço urbano.

Na prática, nos últimos 40 anos, a Grande Florianópolis teve como gestores representantes das oligarquias pertencentes a partidos nacionais conservadores, com exceção de dois mandatos de 4 anos, um do PMDB e outro de uma Frente Popular, o PPS.

Dessa forma, esse domínio da gestão pública por parte das elites oligárquicas revela a falta da presença do Estado no que tange às questões de assistência às populações vulneráveis. Consequentemente, foram vitimadas espacialmente, necessitando ocupar áreas irregulares e em condições de assentamentos.

Com o passar do tempo, ocorrem alguns processos de remoção em assentamentos como Abraão e Vila Cachoeira, nas margens da BR 282, via expressa

---

<sup>20</sup> Zonas monofuncionais: possui uma única função, somente moradia.

<sup>21</sup> Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/70.pdf>. Acesso em: 24/05/2023.

de acesso às áreas da ilha de Florianópolis e ligação com a BR 101, estrada com ligação nacional. Esses eram extremamente precários e os moradores tinham consciência de que estavam na faixa de domínio das pistas.

Entre 1997 e 2000, para removê-los, construiu-se blocos de apartamentos no bairro Abraão de qualidade questionável, tanto no sistema construtivo utilizado, sem acabamentos de revestimentos, muito pequenos (em torno de 33 m<sup>2</sup>), sem divisórias, quanto nas questões de permanência e privacidade. Este exemplo de habitação popular multifamiliar é vexatório para os/as moradores/as e não melhora socialmente a vida das pessoas.

O conjunto Vila Cachoeira realocou outra parte da população. Foi outro projeto desastroso construído para abrigar essa população. Distante do centro e com aumento dos deslocamentos, parte da renda ficava para pagar o transporte, o que inviabilizou o trabalho. Neste exemplo, é evidente o descaso da falta de políticas públicas comprometidas com essa população. Realizou-se o mínimo possível, casas de dois pavimentos, área de 40 m<sup>2</sup>, entregues sem revestimento nos pisos e incompatível com o número de pessoas por família.

Em ambos os exemplos, seja pela falta de planejamento/políticas público/as provenientes do Estado e conseqüentemente a precarização destes assentamentos, ocorre então a insatisfação e a ocupação de pequenas áreas livres ao redor no terreno. Disto decorre a densificação populacional, degrada-se a paisagem e a deterioração das questões sociais desta população.

Passadas quatro décadas da construção dos primeiros conjuntos habitacionais/assentamentos, o problema da moradia se agrava com as migrações do campo para a cidade, num processo de expulsão dos pobres e controle das terras pelo agronegócio.

Os terrenos centrais na cidade aumentam seus preços exponencialmente e inevitavelmente os pobres ocupam áreas menos valorizadas, indesejáveis para o mercado imobiliário. Parte das pessoas que foram morar na parte continental, com terrenos com preços mais acessíveis, agora enfrentam diariamente os problemas do deslocamento e do custo do transporte para poder trabalhar.

Existem as ocupações mais antigas, que se estabeleceram nos morros mais instáveis, íngremes e próximos do centro. Esses aglomerados urbanos

avançaram sobre as áreas preservadas e criam-se outros problemas decorrentes da má ocupação dos espaços e degradação do patrimônio ambiental.

Para compreender melhor sobre o papel do Estado:

A presença do Estado no campo da habitação social no Aglomerado Urbano de Florianópolis decresce brutalmente quando escasseiam os recursos federais baratos, oriundos das poupanças populares voluntárias (Cadernetas de poupança) e compulsórias (Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS). Destas verbas, índices nacionais apontam que aproximadamente 25% destinaram-se a habitações populares, indo os três quartos restantes para imóveis destinados às rendas mais elevadas da sociedade, alimentando a indústria da construção civil e o sistema financeiro correspondente. Com estes 25% os políticos conservadores fizeram conjuntos habitacionais nas épocas de fartos recursos, com verbas federais de alocação praticamente vinculada, que não podendo ser usadas para outras finalidades, constituíam parte da construção da política clientelista de sustentação das oligarquias locais. A crise que se inicia em 1973 e que se aprofundando nos anos 1980 e 90 perdura até hoje, faz desaparecerem os recursos financeiros baratos para a habitação. Desde então, praticamente desaparecem os investimentos estatais nesta área social, agravando muito as condições de vida urbana (PIMENTA, 2003, p. 8).

Deste longo processo infortúnio e proposital, urge as demandas das oligarquias locais, ávidas por lucros e complacentes com o processo de globalização e financeirização capitalista, forçando remodelações urbanas para atender a projetos de acúmulo de riqueza na mão de investidores.

O Estado, prontamente disposto a atender a essas urgências deste seletivo grupo, organiza e sistematiza todo o processo necessário para prover recursos financeiros baratos, utiliza da máquina pública para garantir a reeleição de partidos conservadores e manter-se no campo das disputas como seres invisíveis e intocáveis.

As câmaras legislativas municipais da Grande Florianópolis, unida politicamente por seus respectivos prefeitos, estruturam (ainda no período da pandemia em 2022 e às pressas) um projeto amplo e pertinente às questões da urbanidade: o novo plano diretor.

Revisioná-lo faz parte de um processo para substituição da antiga Lei do Plano Diretor 482/2014. No dia 24 de abril de 2023, em Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Florianópolis, foram aprovadas com apenas quatro votos contrários

(partidos de esquerda), as novas diretrizes municipais para as questões da urbanidade da cidade<sup>22</sup>.

A trágica histórica se repetiu e em todo processo político dominado pelos interesses das oligarquias ocorreram atropelos, manobras e conluíus. Para aprovar o novo plano diretor, a prefeitura, o setor empresarial da construção civil e os grupos hegemônicos da classe dominante, criaram movimentos fortíssimos em defesa do processo, dentre estes estão o que eles chamam de “*Floripa Sustentável*” e “*Floripa não pode esperar*”<sup>23</sup>.

Essas forças vorazes do capital se empenharam e utilizaram muitos artifícios para defender a causa própria. Usaram o impulsionamento da mídia hegemônica e dispararam várias pérolas ideológicas para diminuir ao máximo qualquer possibilidade de embate popular.

Nos jornais<sup>24</sup> e colunas, propagandeia-se que os “do contra” a proposta do novo plano diretor, eram uma articulação minoritária, sem proposições claras e objetivas, são *eco-chatos*, militantes, ideólogos de esquerda e a turma do atraso<sup>25</sup>.

Outra urgência em nome do progresso na capital do estado de Santa Catarina é a de que é necessário “levantar bandeiras”. A principal e a que mais tem apelo popular é a de que a cidade tem uma “vocaçãoturística”. Em nome disso, é necessário desenvolver/modernizar o espaço urbano, sempre com ampla divulgação em campanhas patrocinadas pelos “*Amigos de Florianópolis*”<sup>26</sup>.

Fazendo o enfrentamento a essas forças, os movimentos populares se ocuparam e desenvolveram um trabalho de mais de 300 páginas, fruto do envolvimento de ativistas, comunidade acadêmica, políticos de esquerda, coletivos populares e sociedade organizada.

---

<sup>22</sup> Disponível em: <https://www.cmf.sc.gov.br/imprensa/noticias/0/136/2023/843> Acesso em: 19/04/2023.

<sup>23</sup> *Movimento Floripa Sustentável* e *Movimento Floripa não pode esperar*: são movimentos “apartidários” que reúnem 45 entidades representativas da comunidade catarinense. Dentre elas a empresarial privada, a mídia hegemônica e os setores políticos interessados.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://jornalismoecidade.blogspot.com/2023/02/o-cavalo-de-troia-da-revisao-do-plano.html> Acesso em: 18/04/2023.

<sup>25</sup> O conceito de ideologia em Marx é inseparável das características de inverter, naturalizar, ocultar e apresentar o particular como se fosse universal.

<sup>26</sup> Amigos de Florianópolis: são empresários do ramo turístico com ramificações na indústria da construção civil.

As principais propostas<sup>27</sup> apontadas no documento levam em conta a defesa do ecossistema, contra a liberdade econômica (retórica vazia da sustentabilidade), as ameaças à natureza (morros e áreas alagáveis), a garantia de área de lazer, a criação de Áreas de Relevância Ambiental, reforçar as APPs (Área de Preservação Permanente) e representatividade no Conselho da Cidade nos distritos.

Essas demandas não foram levadas em conta, e se aprovou com 19 votos favoráveis ao Plano Diretor totalmente alinhado aos interesses privados e a realização dos projetos com muitos interesses políticos e econômicos envolvidos.

As consequências<sup>28</sup> disso são a densificação (aumento da taxa habitantes/km<sup>2</sup>), a verticalização da cidade (prédio com mais de 10 andares), a proposta de parcelamento do solo (retirada da obrigatoriedade das AVLs<sup>29</sup>), e a retirada da necessidade de órgãos como IPUF e FLORAM<sup>30</sup>.

A falta de moradia e a moradia precária em Florianópolis é uma constante na vida da população. O direito à moradia digna não é somente um local para se abrigar, é também aquela que atende às necessidades das pessoas nesse espaço urbanizado.

A dignidade da moradia opera com alguns fatores/conceitos importantes, os quais pode-se elencar:

Segurança da posse: a moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças. Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura: a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo. Economicidade: a moradia não é adequada, se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes. Habitabilidade: a moradia não é adequada se não garantir a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde. Acessibilidade: à moradia não é adequada se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levados em conta. Localização:

---

27 Disponível em: <https://planodiretor.libertar.org/s/planodiretorpopular/page/manifesto>. Acesso em: 12/05/2023

28 Disponível em: <https://cotidiano.sites.ufsc.br/revisao-do-plano-diretor-de-florianopolis-avanca-em-meio-a-denuncias-de-conflito-de-interesses-e-ameacas/>. Acesso em: 21/05/2023.

29 AVLs: Áreas Verdes de Lazer

30 Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis e Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou, se localizados em áreas poluídas ou perigosas. Adequação cultural: a moradia não é adequada se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural (UNITED NATIONS, 1991, *apud* BRASIL 2013).

Isto posto, é essencial especificar que o índice do *déficit* habitacional é classificado conforme duas vertentes: o *déficit* habitacional quantitativo e o *déficit* habitacional qualitativo.

O *déficit* habitacional quantitativo caracteriza-se pela necessidade de novas moradias, sendo esta expressa por: reposição e incremento de estoque. A reposição de estoque compreende domicílios rústicos, ou seja, aqueles cuja construção é feita por material improvisado como madeira aproveitada, vasilhames, entre outros, indicando a necessidade de substituição. O incremento de estoque é composto por domicílios improvisados, coabitação, famílias (duas ou mais famílias compartilhando o mesmo domicílio, ou em cômodos), além daquelas com ônus excessivo com aluguel. (...) O *déficit* qualitativo apresenta a realidade de famílias que já possuem sua própria moradia, mas esta não alcança parâmetros mínimos de qualidade, devido a no mínimo um destes indicadores: carência de infraestrutura; adensamento excessivo; inadequação fundiária. (PREFEITURA, 2012, p.17-21)

Os dados da Figura 4, apresentados pela Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB/SC), revelam as duas questões supracitadas:

**Figura 4: Déficit Habitacional do Estado de Santa Catarina**



Fonte: Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2013 Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação e Fundação João Pinheiro (2015).

Portanto, o problema está longe de ser resolvido, uma vez que os baixos investimentos limitam a ação efetiva que resultaria na construção das casas. A luta

diária nas ocupações revela que o poder público “esqueceu” essa população e nem a sociedade civil entende as consequências nefastas (desumanidade e incivilidade para com esses sujeitos) do não atendimento específico para essa temática.

Denota a incapacidade de analisar a situação sob a ótica daqueles que precisam de moradia, dos que estão nas ocupações sem perspectivas, dos flagelos e violências decorrentes deste ato que nada mais é que um pedido de socorro, da perversidade de um sistema incapaz de incluir e da negação completa do Artigo 6º da nossa Constituição Federal.

Em suma, vimos que há um significativo *déficit* habitacional na Grande Florianópolis, desdobramento da mercantilização da moradia, já que, enquanto o Estado, por meio das políticas públicas, tal como no município de Florianópolis, o novo plano diretor, favorece o uso do espaço e da moradia para ampliar os ganhos de quem vive da exploração imobiliária, os menos favorecidos enfrentam o problema da falta de moradia ou então precisam viver em moradias inadequadas ao bem viver, sendo que as políticas direcionadas para sanar essa problemática são insuficientes e ineficientes.

Dito de outro modo, há mais Estado para garantir os ganhos dos já privilegiados na escala social e que ganham muito dinheiro com a mercantilização da moradia e há menos Estado para garantir a moradia como direito para todos/as.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo, de **abordagem qualitativa**, foi realizado pelas vias da **pesquisa bibliográfica**, da **pesquisa documental** e da **pesquisa de campo**.

A pesquisa de **abordagem qualitativa**, de acordo com Richardson (1989), descreve a complexidade de determinado problema, analisa a interação das variáveis, compreende processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribui no processo de mudança, possibilita, em maior profundidade, o entendimento de particularidades dos comportamentos de indivíduos e/ou grupos sociais.

A **pesquisa bibliográfica**, segundo Gil (2006), tem como fonte o resultado de estudos precedentes, publicados, especialmente em livros, artigos científicos, trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica como base para produzir uma versão do estado da arte da produção do conhecimento acerca da negação do direito à moradia no modo de produção capitalista por intermédio da mercantilização da referida e seus desdobramentos na Grande Florianópolis. Também a pesquisa desse tipo esteve presente na análise dos resultados em relação ao papel social do/a Engenheiro/a Civil.

Para Marconi e Lakatos (2003), a **pesquisa documental** se caracteriza pela coleta de dados em documentos, tais como cartas, registros realizados em cartórios de imóveis, prontuários médicos, legislações, bem como registros escolares e outros documentos diversos. A pesquisa do tipo documental complementou a pesquisa bibliográfica na produção dos dados do referencial teórico e também da análise dos resultados e se debruçou sobre legislações e documentos, como o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia Civil e a Lei de Criação dos Institutos Federais.

A **pesquisa de campo**, segundo Marconi e Lakatos (2003) é aquela em que o/a pesquisador/a vai buscar seus dados de pesquisa diretamente no local, no ambiente social em que eles acontecem. No caso da pesquisa que originou esse TCC, esse tipo de pesquisa foi utilizado para produzir dados sobre a ocupação Carlos Marighela, em Palhoça-SC. Como **instrumentos de produção de dados** foram utilizados a observação e a conversa informal com moradores/as da ocupação.

Na seção seguinte, nos ocuparemos em analisar e refletir sobre os dados produzidos. Inicialmente, nos debruçaremos sobre o papel das ocupações nas lutas

por moradia, ilustrada pela observação realizada na ocupação Carlos Marighela, em Palhoça-SC. Após, refletiremos sobre a função social do/a Engenheiro/a Civil.

## 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 O papel das ocupações na luta pelo direito à moradia

Nessa luta pelo acesso ao espaço urbano, os movimentos de ocupação se contrapõem às classes dominantes, que não apresentam nenhuma ampliação dos direitos sociais, políticos e econômicos para a classe trabalhadora.

As variáveis envolvidas para que essa população tenha acesso à cidade urbanizada permeiam, perpassam ou contornam a questão da reforma urbana e a luta pelo direito à cidade merece ser realizada. “Deve ser considerada inalienável. A liberdade da cidade ainda precisa ser alcançada. A tarefa é difícil e pode tomar muitos anos de luta” (HARVEY, 2014, p.34).

Os movimentos de ocupação da Grande Florianópolis refletem esse fenômeno global, e pensar sobre a mercantilização é fundamental para entendermos a falta de moradia e sobre os direitos anexados a ela: e se essas pessoas tivessem seus direitos/demandas atendidos/as pelo Estado (como manda a Constituição Federal de 1988) e num contexto de alcance do bem-estar social, como seria a reação dos setores como iniciativa privada, incorporadoras, imobiliárias, segurança, educação, saúde,... sabendo que, é na desgraça da maioria da população que o capitalismo se expande e aumenta a concentração de capital?

E a quem interessa que essas demandas populares não sejam atendidas ou menosprezada a sua importância?

Historicamente, as lutas por moradia no país ganham notoriedade nos anos de 1990. Isso ocorre devido à inépcia do Estado quanto aos direitos da população sem casa, e pela anuência irrestrita das demandas do mercado.

A lógica neoliberal predominante dita as regras para as políticas públicas de moradia, e o Estado, apequenado e em nome da governabilidade, dá as costas aos problemas advindos desse modelo excludente e miserável.

Nas palavras de uma moradora militante do MNLN (RJ), a Sra. Lurdinha Lopes<sup>31</sup> demonstra clareza para este caso:

---

31 Fala durante o Seminário Internacional Terra Comum, realizado no espaço BDMG Cultural, em Belo Horizonte, em maio de 2018.

Pela governabilidade nós assumimos a derrota e ficamos calados. E ao ficar calados nós ficamos reféns daquilo que era possível dentro de um Estado burguês com hegemonia do capital. Aquilo que era possível para nós, a migalha que pudesse cair debaixo da mesa na época da fartura. Mas era uma fartura, pouco se falava em crise, como se fala hoje.

Implementado nos anos 2000, o Orçamento Participativo da Habitação<sup>32</sup> (OPH) envolvia os gestores municipais, os munícipes e suas demandas, onde eram apresentadas/pautadas e discutidas democraticamente, as lutas da população dentro daquele coletivo. Os recursos Federais viabilizaram diretamente as necessidades da base da sociedade, que desta forma, tinham protagonismo e relevância nas decisões econômicas a partir das assembleias deliberativas.

Em 2009, introduziu-se o programa *Minha Casa Minha Vida*<sup>33</sup> (governo Lula) que, na prática, reduziu a pó as lutas coletivas do OPH. Os recursos agora, seriam diretamente individualizados, desmobilizando os núcleos organizados que acabaram dividindo a militância em duas frentes: aqueles que cobravam as promessas do passado; e as novas lideranças emergentes que optaram pela organização popular e pelo processo de conscientização/politização da classe trabalhadora para construir alternativas viáveis dentro das ocupações.

Este fato importante se torna um marco para movimentos ligados às ocupações, dentre eles a criação das Brigadas Populares e o Movimento Sem-Teto, revelando-se vigoroso desde a sua criação.

Os atores/gestores políticos, que se elegem sob a égide financeira e do poder dos amigos do setor imobiliário, prometem soluções diversas à população e, sem escrúpulos, articulam nos meandros da pequena política paroquial as ordens de despejo junto ao poder judiciário, culpabilizam aqueles/as ocupantes em áreas de risco pelos meios de comunicação hegemônicos, não avançam no processo de

---

32 Em vez de ser qualificada e ampliada, foi dizimada.

33 O *Programa Minha Casa, Minha Vida* (PMCMV) é um programa de habitação federal do Brasil, criado em março de 2009 pelo [Governo Lula](#). O PMCMV subsidia a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até 1,8 mil reais e facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda de até 9 mil reais. Em 2018, a [Caixa Econômica Federal](#) informou que 14,7 milhões de pessoas compraram um imóvel com o programa (7% da população brasileira). No dia 12 de janeiro de 2021, entrou em vigência a [Lei n.º 14.118](#), a qual instituiu o [Programa Casa Verde e Amarela](#), cujo objetivo é reformular e ampliar o PMCMV. No dia [14 de fevereiro de 2023](#), o *Programa Minha Casa, Minha Vida* foi retomado e recriado pelo presidente [Luiz Inácio Lula da Silva](#), substituindo o antigo *Casa Verde e Amarela*.

regularização fundiária das áreas e, por fim, não dialogam com os movimentos de ocupações. Sendo possível, criminalizam as famílias para desmobilizar qualquer tentativa que possa arranhar a reputação do sistema capitalista.

Por isso, se fazem necessários a organização popular e os movimentos de ocupação atuando nas frentes por acesso aos direitos básicos e a luta pela moradia digna.

Os/as moradores/as das ocupações, por estarem numa situação de fragilidade, são duramente atacados/as por pertencerem a esse coletivo. Os adjetivos e conceitos se confundem, seja pela ignorância da sociedade, ou pela força da propaganda contra a organização dos sem-teto.

O capitalismo busca culpabilizar a base social pelo caos criado pelo topo-patriarcal e

estabelece-se um novo regime, “liberal-paternalista”. Liberal no topo, para as classes privilegiadas e o capital, produzindo o aumento da marginalidade e da desigualdade social; e paternalismo punitivo na base, para com os já desestabilizados seja pela reconstrução do emprego e o enfraquecimento do Estado de bem-estar social, seja pela reconversão de ambos em instrumentos utilizados para vigiar os pobres. Trata-se de uma penalização da miséria que acompanha o avanço do neoliberalismo (WACQUANT, 2008, p. 63).

*Vagabundos, malandro, bagunça, confusão, desorganização e invasor de propriedade alheia*, são apenas alguns adjetivos/rótulos criados e repetidos exaustivamente como uma “verdade definitiva”, para difamar as pessoas que integram esses movimentos.

Do ponto de vista das ocupações, é muito importante ter clareza sobre alguns conceitos e entendermos melhor as pretensões desse movimento. Esses perpassam pela garantia dos direitos sociais na sua forma ampla, como: direito à propriedade privada, função social da propriedade, ocupação, posse, moradia popular, mercantilização da moradia, construtoras, especulação imobiliária, plano diretor, máquina de criar sem teto, famílias sem moradia e imóveis vazios.

Sem a sociedade, o espaço não possui vida. A evolução/transformação dos processos urbanos se dá por questões sociais, políticas e econômicas no decorrer do tempo. Essas podem ser forma, estrutura e função, além de redes, problemas e poder de decisão.

Nos dizeres de Santos (1996, p. 38):

As cidades não são moldadas por si mesmas e não são resultados apenas de processos locais, mas se relacionam com escalas mais amplas (regional, nacional, global) da ação humana. Ela é resultado das ações, num determinado espaço específico, em determinado momento histórico, que atuam ao mesmo tempo em escalas desiguais e combinadas.

Demonstrando melhor e a partir de Santos (1996, p. 16), tem-se que:

O espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Devemos considerar a importância do lugar e do espaço nas particularidades do processo social. Não basta apenas analisar a descrição do espaço e da sociedade, mas é necessário compreender as suas relações. Para identificar a natureza do espaço, é necessário um método. Esse método se faz pela utilização de conceitos, retirados de uma realidade histórica contextualizada, sobre a realidade em movimento.

No Brasil, algumas experiências no final dos anos 1980 mostraram ser possível construir a partir de coletivos organizados, como os autogeridos<sup>34</sup> no governo da Luiza Erundina em São Paulo SP.

Mais recentemente, Guilherme Boulos vem se ocupando com essa questão, que a seguir serão destacadas para ampliar o entendimento sobre.

Para Boulos<sup>35</sup> (2012, p.46), “Ocupar não é uma escolha, é a única alternativa”. As pessoas que vão para as ocupações são, em sua maioria, pagadores de aluguel cujo salário não comporta o aumento dos valores; moradores de favor em casa de parente; moradores de área de risco; os sem teto tem cor, raça, classe social e passam por uma situação mais grave e partem para a única alternativa para o momento: ocupar.

Visivelmente em nosso cotidiano, percebe-se o aumento de pessoas em situação de rua nas grandes cidades. Ficamos perplexos ao ver famílias inteiras acampadas debaixo de marquises, com seus parques pertences e expostos a todo tipo de desumanidade possível.

O que causa estranhamento é que nem sequer nos perguntamos o porquê estão ali na rua?

---

34 Um dos mais notáveis projetos de autogestão ocorreu na gestão de Luiza Erundina, onde se incluiu o modelo de mutirões para construção de mais de 200 mil casas com custo 50% mais barato que a iniciativa privada.

35 Guilherme Boulos se tornou uma das principais lideranças da esquerda no Brasil, chegando a se tornar candidato à presidência pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) para concorrer às eleições de 2018.

O que se percebe é que, devido às crises (pandêmica e econômica), o número de pessoas sem teto aumentou exponencialmente. E o pior é que não existe para essas pessoas nenhum acolhimento por parte do Estado, nem por parte da sociedade que prefere não falar sobre o problema, colocando-os num verdadeiro *apartheid* social, segregando e impossibilitando que esses indivíduos tenham seus direitos preservados.

A impossibilidade de arcar com o custo aluguel decorre de uma defasagem histórica da perda de capacidade de compra do salário. O IGP-M (Índice de inflação do aluguel) subiu 4,10% em maio de 2022, acumulando em 12 meses 37,04%<sup>36</sup>.

Depois da pandemia, e segundo o setor imobiliário, devido às negociações mais generosas naquele período, ocorreu um reajuste no índice dos aluguéis no sentido de compensar. Em Florianópolis o reajuste acumulado em 12 meses foi de 33,36%, o maior entre todas as capitais<sup>37</sup>.

Quem teve esse aumento de renda?

O que ocorreu foi uma perda de renda fazendo com que as pessoas tenham sua capacidade de pagamento reduzida, precisando, assim, pagar um aluguel mais barato ou encontrar outra alternativa.

Mas qual seria a alternativa?

Rua ou ocupação?

Na rua dos grandes centros, com a família sendo maltratada por todos, incluindo a repressão ferrenha do Estado, ou nas ocupações que são resultados desse processo de gentrificação, mercantilização do espaço e pela falta de políticas públicas para frear esse movimento insano.

Nas ocupações organizadas coletivamente, autogeridas e populares, ocorre o acolhimento dessas pessoas imediatamente e, para além da questão básica “ter um abrigo para se proteger”, inicia-se um processo solidário em que elas possam ter o básico necessário para sobrevivência: água, teto e comida.

---

36Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/04/27/queda-do-igp-m-nao-deve-baixar-precos-apesar-de-ser-conhecido-como-inflacao-do-aluguel-saiba-por-que.ghtml>. Acesso em: 23/05/2023.

37 Disponível em: [Inflação do aluguel: IGP-M sobe 0,05% em março e taxa em 12 meses vai a mínima em 5 anos | Economia | G1 \(globo.com\)](#). Acesso em: 23/05/2023.

Em suma, em relação ao papel das ocupações urbanas organizadas, além de lutarem para que a moradia possa vir a ser um direito garantido pelo Estado, ou, ao menos, escancararem esse problema, colocando-o na pauta pública, ainda, no interior das ocupações, de acordo com Boulos (2012), a luta pelo direito à moradia é ampliada pela luta por outros direitos fundamentais também, como alimentação, saúde, transporte, segurança, direito à cidade.

A seguir, lançaremos um olhar para a ocupação Carlos Marighela, a qual ilustra o que vimos até então na presente subseção.

#### **4.1.1 A ocupação Carlos Marighela**

Inicialmente, convém esclarecer que os dados produzidos na ocupação Carlos Marighela são provenientes de conversas informais com lideranças e moradores/as da ocupação<sup>38</sup>, respeitando a privacidade de cada um e uma, e também de observação feita durante as visitas.

A ocupação Carlos Marighela localiza-se nas proximidades da Polícia Rodoviária Federal, às margens da BR 101, no município de Palhoça-SC. A mesma existe, resiste e ocupa, há cerca de dois anos, o local – um prédio inacabado e abandonado pela construtora há aproximadamente dez anos<sup>39</sup>.

Na ocupação, vivem em torno de setenta pessoas, dentre elas, predominantemente crianças, jovens, mulheres e idosos/as. De acordo com as lideranças da mesma, é difícil determinar o número exato de ocupantes, haja vista que existe uma certa rotatividade, já que muitos/as vêm para a ocupação na expectativa de encontrarem condições mais favoráveis, bem como de logo conseguirem em definitivo seu lugar para morar, porém, quando se deparam com os problemas e as dificuldades existentes, acabam não conseguindo permanecer por muito tempo e optam por tentarem a vida em outras ocupações do entorno, ou então conseguem

---

<sup>38</sup> Não foi feito questionário em função de que, pelo tempo exíguo do TCC, não teria tempo hábil de submissão ao Comitê de Ética.

<sup>39</sup> Segunda informação obtida via telefone pela Prefeitura Municipal de Palhoça, a empresa abandonou a obra em função de questões legais/jurídicas.

alguma moradia provisória de favor com algum/alguma familiar ou conhecido/a, ou até mesmo acabam indo morar na rua.

Importante destacar que, de acordo com as informações prestadas em conversa informal com as lideranças e também com moradores/as que concordaram em conversar, bem como com os resultados das observações decorrentes das cinco visitas feitas à ocupação<sup>40</sup>, a maioria das pessoas que nela estavam eram migrantes oriundos/as principalmente das regiões Norte e Nordeste do Brasil, bem como pessoas vindas de cidades interioranas de SC, RS e PR. Em comum, essas pessoas acabaram se deslocando para a Grande Florianópolis, atraídas pela propaganda da suposta alta qualidade de vida da capital, bem como com a ilusão de que teriam acesso pleno ao Estado, a direitos, a serviços como saúde, educação e emprego, esse último, segundo as pessoas, pouco e mal remunerado nos locais de onde vieram.

Pena que a propagandeada qualidade de vida não é para todos/as, mas somente para as classes privilegiadas. E o com o que essas pessoas de fato se depararam na capital são condições ruins de emprego e renda, pois a Grande Florianópolis não corresponde a uma região industrializada, com pleno emprego, mas é caracterizada mais por empregos na área do comércio e prestação de serviços, sobretudo no turismo, que é marcado pela sazonalidade.

Ainda, essas pessoas se depararam com um local de elevado custo de vida, pois em relação ao preço da moradia, vimos, acima, o quanto o mesmo aumentou após a pandemia, não que não fosse alto antes, já que Florianópolis sempre foi um dos locais do país com custo mais elevado do metro quadrado. E somado a isso, também, de acordo com as publicações do Dieese<sup>41</sup>, a cesta básica em Florianópolis é a mais cara do país, com variações, mas sempre estando no topo da lista dos locais com cesta básica mais cara.

Outra constatação, fruto das observações, é a de que a maioria absoluta das pessoas que estão na ocupação são negras/pretas/pardas. Esse dado é de suma importância e corrobora com a tese do racismo estrutural e que essa parcela da

---

<sup>40</sup> As visitas foram realizadas no período compreendido entre março a novembro de 2023.

<sup>41</sup> Disponível em <https://ndmais.com.br/economia/florianopolis-tem-a-cesta-basica-mais-cara-do-pais-veja-valor/>

população foi desprovida do acesso aos bens socialmente produzidos. Então, a pobreza, a precariedade, a exclusão, a marginalização tem cor, sim.

Também importa destacar que a maioria das pessoas da ocupação, de acordo com os diálogos informais tecidos, possuem baixa escolaridade. Muitos/as analfabetos/as e/ou analfabetos/as funcionais, alguns e algumas com o Ensino Fundamental completo, poucos/as com o Ensino Médio completo, pouquíssimo/as com o Ensino Superior Incompleto e apenas um morador cursando mestrado. As histórias de evasão da escola, portanto, são muitas, o que demonstra que, além de terem negado o acesso ao direito à moradia, também o direito à Educação lhes foi negado.

Poderíamos supor que a falta de escolarização também contribui para à dificuldade de acesso ao trabalho/emprego. No entanto, cumpre asseverar que o diploma não é garantia de vagas no mundo ou no mercado de trabalho. De acordo com Antunes (2020), caminhamos para um cenário em que o emprego tal como o conhecemos no desenho do estado do bem-estar social, formalizado e com proteção social, direitos, vem declinando. Ou seja, caminhamos para um cenário em que a informalidade vem crescendo. No Brasil, segundo o autor e segundo dados do IBGE<sup>42</sup>, mais de 40% da força de trabalho se encontra na informalidade, sem garantias e sem direitos.

No tocante ao acesso ao mundo/mercado de trabalho, pelos diálogos estabelecidos, um grande número de pessoas da ocupação trabalha, seja em frigoríficos/abatedouros da região, na construção civil, em supermercados e em empregos domésticos. Tanto essa informação é verídica, que nas visitas feitas durante a semana, o número de pessoas presentes na ocupação era muito pequeno, porque a maioria estava fora, trabalhando. Já em visita feita em dia de domingo, o número de pessoas na ocupação era bem maior. Ou seja, não são *vagabundos*, como campanhas difamatórias querem nos fazer crer. Durante a semana, em horário comercial, se encontravam na ocupação geralmente idosos/as, crianças e algumas mulheres. Essas relataram que não conseguiam trabalhar porque precisavam cuidar dos filhos/a pequenos/as, já que não conseguiam vaga nas poucas escolas de

---

<sup>42</sup> Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>.

Educação Infantil do município e que as parcas vagas eram muito disputadas. Relataram que ficavam na ocupação e inclusive cuidavam, além das suas, de outras crianças um pouco maiores, permitindo, assim, que essas outras mães pudessem trabalhar, o que denota a solidariedade existente entre essas mulheres.

No tocante à organização da vida cotidiana, relataram que as tarefas de preparar alimentos da forma que é possível, já que a mobília e os utensílios são escassos e muitas vezes se cozinha em fogo de chão, é feita de modo coletivo. Da mesma forma também é feita a limpeza da edificação e dos arredores e a segurança. Esta última recebeu ênfase nas falas, porque a ocupação é vizinha a um condomínio e a mesma sofre difamação e até foram relatados casos em que pessoas estranhas vieram à noite ao local intimidar os/as moradores/as da ocupação. Também são muito frequentes as batidas policiais na ocupação, em que agentes do Estado adentram a mesma sem justificativa alguma, causando medo nas pessoas.

Em suma, a organização do cotidiano na comunidade, através das assembleias deliberativas, determina as tarefas necessárias para coexistência dentro da ocupação, respeitando as individualidades e suas necessidades mais básicas como limpeza, saúde, alimentação, educação e segurança a todos/as. O modelo de organização coletiva, portanto, é intrínseco ao modelo democrático de gestão da vida e das atividades, sendo que as pessoas são protagonistas de sua própria luta.

Importantíssimo enfatizar que na ocupação não existe água encanada, luz elétrica, ou saneamento básico. A água é puxada com baldes do Rio Cubatão, que fica próximo. Essa água não é potável, então, para beber e cozinhar, às vezes as pessoas conseguem comprar água, noutras, recebem doações, mas quando isso não é possível/não ocorre, se veem obrigados/as a ingerir a água do rio, o que causa doenças intestinais, diarreias, etc, comuns, lastimavelmente, na ocupação. A falta de luz elétrica impede o uso dos eletrodomésticos tão comuns na vida das pessoas, como geladeira, por exemplo, para conservar os alimentos. Estes, por estragarem muito rápido, precisam ser consumidos também rapidamente. À noite, a ocupação vive na escuridão total. E a falta de saneamento também corrobora para várias doenças. Na ocasião de uma das visitas, por exemplo, a quase totalidade das pessoas estava acometida pela dengue.

Ainda, os/as moradores/as fizeram alusão a várias tentativas de despejo, em que, aí sim, o Estado apareceu com seu braço mais incisivo e truculento, a força policial, que não respeitou idosos/as, mulheres e crianças, trazendo o pânico a todos/as.

Destaco, também, abaixo, questões diversas relacionadas aos aspectos técnicos pertinentes ao/à profissional da Engenharia Civil, tais como:

- na edificação ocupada existe uma incipiente infraestrutura elétrica, hidráulica e estrutural. Essas, um pouco depreciadas pelo tempo em desuso e danificadas pela ação de intempéries, degradando-se devido à falta de manutenção.
- Devido à falta de impermeabilização na laje do pavimento superior/ cobertura, nos períodos intensos de chuvas, ocorre a infiltração de água nesta superfície inundando os apartamentos e os ambientes internos da edificação, tornando o local insalubre e gerando outros problemas estruturais (vedações verticais e vigas com armaduras expostas) na edificação.
- A edificação é desprovida de infraestrutura no que se refere ao projeto preventivo de incêndio, riscos com o botijão de gás para cozinhar os alimentos.
- Não existe vedação dos ambientes com portas e janelas para proteger das intempéries (chuva, vento, sol, calor, frio) e evitar que animais peçonhentos, pernilongos e mosquitos que adentrem nos apartamentos.

As Figuras (5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14) abaixo, ilustram algumas dessas questões mencionadas e verificadas até o presente momento:

Figura 5: Portão de acesso a ocupação



Figura 6: Terreno interno

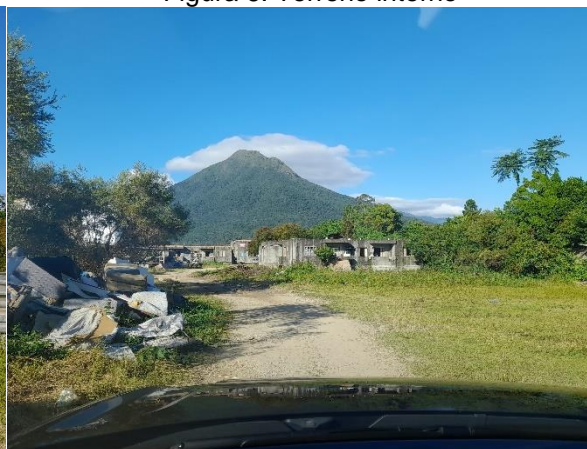


Figura 7: Escola e formação



Figura 8: Parte interna da sala de aula



Figura 9: Fachada lateral sem aberturas



Figura 10: Fachada principal sem aberturas



Figura 11: Implantação do sistema de esgoto



Figura 12: Conexões para sistema de esgoto



Figura 13: Preparo laje a ser impermeabilizada



Figura 14: Impermeabilização da laje



Fonte: todas as imagens acima mostradas são do arquivo pessoal do Autor.

Em resumo, a ocupação Carlos Marighela ilustra muito bem as limitações e os desafios enfrentados pelos/as alijados/as do direito à moradia. No entanto, mesmo com todas as dificuldades/fragilidades que os/a moradores/as dessa ocupação vivenciam diuturnamente, a solidariedade “uns/umas para com os outros/as” reforçam elos de pertencimento, de auto-organização, do reconhecer-se como classe trabalhadora, da proteção mútua, da potencialidade do movimento e da diversidade dos povos que tornam a luta uma das mais importantes dos tempos atuais.

Na próxima subseção, discutiremos sobre a função social do/a Engenheiro Civil.

#### 4.2 Por uma ou a função social do/a Engenheiro/a Civil

Essa reflexão, e sobretudo a premência de destacar a ou uma função social do/a Engenheiro Civil é inspirada, sobretudo, por Artigas (1984), mais especificamente na obra *A função social do arquiteto*; mas não somente, ela também se constrói pelo diálogo estabelecido com outros/as autores/as que serão apresentados/as a seguir.

Se existe uma função social do/a Engenheiro/a Civil, ela está na cidade. Está no compromisso com o espaço urbano e coletivo, já discutido ao longo deste trabalho.

O que estrutura o espaço é de fato a ocupação do mesmo em relação ao uso/destino do solo. É possível ver o pavimento executado por um/uma Engenheiro Civil e isso faz parte do seu trabalho dentro de um contexto urbano. Outras questões como paisagismo, ambiente, permeabilidade do solo, saneamento, mobilidade, distância entre casa e escola, casa e trabalho, comércio e faculdade também exemplificam essa relação.

Revela, portanto, as desigualdades nas cidades cuja origem é construída socialmente. Os agentes participantes (engenheiros/as e arquitetos/as) precisam encarar esses desafios como propriedades essenciais da urbanidade.

O que se observa, é uma política habitacional e urbana que segrega, isola, exila e põe *para fora* da cidade (MARICATO, 2021, p. 5). Os desvalidos de recursos produzem as suas moradias a partir da autoconstrução e sem os cuidados de um projeto adequado, descumprindo as NBRs e ocupando o espaço/solo inadequadamente.

Existe a Lei Federal de Assistência Técnica à moradia de Interesse social Lei nº 11888 de 24 de dezembro de 2008, que na teoria assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita ao projeto e à construção de habitação de interesse social, conforme determina o

Art. 1º Esta Lei assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal, e consoante o especificado na alínea r do inciso V do caput do art. 4º da Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Art. 2º As famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia. (LEI DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008)

Essa lei abre as portas para um gigantesco mercado de trabalho, visando melhoria nas habitações e conseqüentemente, melhoria nas cidades e para a sociedade brasileira.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, em 2016, realizou uma pesquisa onde apontou que 85% dos imóveis no país são construídos sem participação de arquitetos e engenheiros (ARRUDA, 2018, p. 30)<sup>43</sup>.

Sendo assim, não se pode afirmar que não há mercado para os desenvolvimentos das atividades profissionais de arquitetura e engenharia no país. O que não há é a ampla discussão sobre as demais funções que podem e deveriam ser executadas por estes, tornando-os agentes funcionais a serviço da cidade, para muito além dos escritórios particulares e o domínio de *softwares* digitais<sup>44</sup>.

Boa parte das habitações brasileiras são autoconstruídas, devido a uma série de questões sociais, mas também pelos projetos profissionais serem caros e inacessíveis. Para estas, o projeto e o/a profissional da arquitetura ou de engenharia torna-se dispensável e a construção ocorre pelas mãos dos pedreiros<sup>45</sup>. Muitas obras acontecem na linha do “faça você mesmo” e assim se reduz os custos finais da moradia.

As universidades e Institutos Federais (IFs) podem intervir, por intermédio de projetos diversos, com assistência técnica voltada para essa população que vive nos bairros de autoconstrução e/ou ocupação, cuja realidade se distancia muito das edificações nos grandes centros, feitos por grandes construtoras.

As possibilidades para resolver a falta de acesso à cidade formal para essa parcela da população vêm desde a elaboração de bons projetos pilotos de habitação de interesse social com baixo custo, de preferência dentro das diretrizes da ODS, até a participação efetiva com subsídio governamental para construção de habitação.

Faz-se necessário compreender que a lógica da vida e das condições de moradia do/a trabalhador/a que autoconstrói ou que ocupa um determinado espaço

---

<sup>43</sup> Também é possível a constatação desse dado, por intermédio da pesquisa realizada pelo CAU/BR, disponível em: <https://caudf.gov.br/pesquisa-datafolha-82-das-moraidas-do-pais-sao-feitas-sem-arquitetos-ou-engenheiros/03/2022>.

<sup>44</sup> Cabe destacar que há *déficit* de engenheiros/as civis no Brasil, haja vista a necessidade constante de investimentos em infraestrutura. Isso poderia ser melhorado por intermédio de políticas públicas de incentivo. A informação pode ser conferida no seguinte *link*: <https://quatre.com.br/blog/faltam-engenheiros-no-brasil-deficit-chega-a-mais-de-75-mil-profissionais/>.

<sup>45</sup> Aqui somente no masculino pois esses profissionais são em sua grande maioria, homens. Essa profissão é ainda muito restrita para as mulheres.

precário não é a mesma lógica de um empreendimento planejado e com todo o processo construtivo controlado em seus menores detalhes.

É preciso flexibilizar a lógica da construção para esses/as sujeitos/as. A bioconstrução é, sem sombra de dúvidas, essencialmente flexível e só é possível se for assim. Ela é definida como sendo uma construção que respeita o meio ambiente, e a partir dele se extraem os materiais e se inicia um processo de escolha das melhores técnicas e dos melhores usos. O resultado é uma obra com alta eficiência energética e capaz de reduzir os resíduos oriundos da construção a zero. O processo construtivo dependerá da matéria-prima existente no local e do tipo de solo/terra crua que ocorre nessa região.

Olhando para a matriz curricular do curso de Bacharelado em Engenharia Civil do IFSC, há duas Ucs em que esses saberes e práticas podem ser contemplados: *Engenharia e Sustentabilidade e Gestão Ambiental*.

As construções com terra historicamente foram usadas nas edificações coloniais e têm registros de casas construídas nesta técnica por indígenas e africanos. No Brasil temos um exemplo do seu uso na Igreja dos Santos Cosme e Damião, em Recife/PE no ano de 1535, ainda em funcionamento. Outros exemplos como Igrejas construídas, hoje município conhecido como Santo André da Borda do Campo – SP, pela comunidade católica regida pelo padre Afonso Brás. Eles utilizaram a técnica de taipa de pilão que simbolizou a civilização paulista, principalmente nos locais rurais.

Inclusive, todas as classes (do rico ao pobre), construía utilizando as técnicas da bioconstrução. Possuíam casas de taipa com variados tipos arquitetônicos e ambientes na quantidade necessária para o uso diário e com muito espaço.

O que se percebe é a substituição do tijolo de adobe por blocos provenientes das olarias e serralherias, a venda de produtos manufaturados e as tecnologias construtivas tomaram o lugar das taipas de pilão e subverteram toda lógica construtiva, que no passado era muito comum.

O conhecimento sobre esta técnica, ou seja, o controle dos processos foi se perdendo pelas gerações de quem construiu usando terra, e se criou a pecha de que essas fossem sinônimos de pobreza e penúria, entre outras situações.

Ou seja, trazer e ampliar o diálogo sobre as diferentes áreas do saber, com especialistas e com a sociedade, levantando as demandas e fazendo as trocas, é

papel social do/a Engenheiro/a Civil. Por exemplo, é possível aplicar as técnicas da bioconstrução no sentido de resolver as urgências de uma dada comunidade, atendendo a todos os cuidados das NBRs e sendo um profissional efetivo, para o bem humano e dentro do próprio corpo social, se assim elas desejarem.

O papel do/a Engenheiro/a Civil ou do/a projetista que atribui técnicas legais para exercer o ofício criativo (na figura do/a arquiteto/a e urbanista) pode mostrar caminhos alternativos para democratização da moradia, garantia dos direitos e dignidade social.

No que tange aos conhecimentos técnicos necessários para desenvolver um projeto de construção de moradia popular em bioconstrução, o/a Engenheiro/a Civil poderá utilizar os conhecimentos acumulados e realizará estudos com ensaios, e a partir destes, consegue-se visualizar as possibilidades do uso das matérias-primas para esse tipo de sistema construtivo. Por exemplo, propriedades físicas e mecânicas dos materiais e solos, sobre as estruturas e fundações, estabilidade e vida útil do projeto, sobre partido arquitetônico e parâmetros estéticos, entre outros.

Quando um profissional “diplomado” propõe um projeto como este, tecnicamente viável, seguro e acessível a muitos, ocorre a capilarização da ação do/a Engenheiro/a Civil, que vai projetar para as pessoas que jamais teriam condições de pagar por tal trabalho.

Em nosso país, essa maior parcela da população é subjugada, esquecida pelo poder público e invisibilizada para que o acesso aos direitos básicos como o de moradia digna continue sendo um bem para poucos/as e para quem pode pagar por essa mercadoria, porque, como vimos anteriormente, a moradia deixa de ser direito social no modo de produção capitalista e se transforma em mercadoria.

O setor da construção civil deveria estar preocupado e atento às questões sobre a cidade ideal, no sentido de torná-la ambientalmente sustentável, com melhoria para a saúde coletiva das pessoas, usando a racionalidade a favor da urbanidade, gerando economia nos custos urbanos e conseqüentemente melhoria de qualidade de vida. Isso em favor das pessoas, e não do capitalismo.

No entanto, o que o modelo mercantilista e de financeirização faz com as cidades é o contrário. Sabe-se, por exemplo, a partir dos estudos realizados no ano de 2007 pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), que daqui a

sete anos (no ano 2030), essa nossa metrópole superará o número de 1,3 milhão de habitantes. Que teremos que arranjar uma maneira de fazer o dobro de infraestrutura, o dobro de casas que já existem, e arranjar o dobro de empregos. Na prática, “há uma problemática que faz do arquiteto um homem exasperado em relação à própria manipulação do meio ambiente como profissional” (ARTIGAS, p.22).

Sobre os aspectos práticos e profissionais e da dicotomia entre desenho e obra, Artigas (1984) refere-se ao “desenho” como expressão maior das possibilidades para um projeto. Tudo, originalmente, é pensado dentro da nossa mente. O arquiteto expressa no papel sob a forma de desenho, e a consequência disso é o projeto.

Os memoriais descritivos (mesmo com o aparato tecnológico) são acessórios ao projeto que não se resume à obra, e sim um desígnio e uma intenção. D. João III dizia que é uma monstruosidade dizer que ao/à arquiteto/a cabe projetar e ao/à engenheiro/a, construir a obra. Aliás, já se demonstrava que

o engenheiro pode projetar sem ser arquiteto e o mesmo pode acontecer com o arquiteto; e temos exemplos disso: arquitetos que começaram como construtores e acabaram como projetistas e engenheiros que de projetistas passaram a construtores (ARTIGAS, 1984, p. 33)

Para tanto, faz-se necessário entender que o projeto é uma linguagem de vários significados – podendo ser a expressão do modo de produção capitalista quando o determina, quando concebido e realizado pelas empreiteiras e construtoras, sem a participação dos/as sujeitos/as; ou então, na perspectiva da autogestão, pode ser a expressão do trabalhador coletivo, que na visão *marxiana* é o que aparece aos/às trabalhadores/as como uma exteriorização do capital, ou seja, o/a trabalhador/a está apartado do processo de produção, ausente do desenho, da concepção. Nessa perspectiva, há uma mudança de ótica, de instrumento de subordinação por meio de autodeterminação da vontade dos/as sujeitos/as. Isso implica em transmitir o pensamento a quem vai realizá-lo, pensando a obra de modo a ser legível tecnicamente, porém interpretada por operários ou por pessoas que fazem toda a parte do planejamento.

Aqui entra o modelo de autogestão para construções de moradia populares, que trata da realização de obras financiadas pelas políticas públicas, com assessoria

técnica (por exemplo, o caso da USINA em SP que supera esta dicotomia) e mutirões organizados pelos movimentos de moradia, produzindo habitações com a comunidade, parte de toda a concepção do projeto.

Para Ferro (2015, p. 22), em primeiro lugar é necessário desfazer essa ficção de que

o projeto e a construção propriamente ditos não são quase nunca os marcos iniciais de seu relacionamento com o grupo e sua organização. Antes, os membros da Usina examinam com ele detalhadamente as condições indispensáveis para viabilizar sua esperança. Como obter terreno, financiamento, meios de produção, condições de trabalho. Como chegar a um acordo sobre o que fazer para obter tudo isto, pedir, pressionar, enrolar, ocupar, etc. Como estruturar o grupo para enfrentar, talvez por longo tempo, as inúmeras tarefas indispensáveis, as várias responsabilidades, com quais regras de conduta, prioridades.

Ocorre desde o início e portanto, parte constitutiva do trabalhador coletivo, um planejamento das condições mínimas de trabalho, com a escolha dos objetivos, as ações indispensáveis de produção das moradias, a projeção em comum e a organização social do grupo. Essa coletividade volta a ser emanção exclusiva do trabalho e emancipadora para o trabalho livre ou o poder popular.

Se o desenho expressa no projeto aquilo que será construído e materializado na obra final, quer dizer que para projetar é necessário centralizar uma variada carga de visões e conhecimentos para se chegar àquilo que chamamos de obra final. Cabe aos arquitetos e engenheiros entender da totalidade do processo e de todas as etapas subseqüentes da construção, privilegiando visões diversas a ponto de executá-las em convergência às necessidades.

É uma linguagem artística com todo o conhecimento da época em que foi feita. A cristalização do projeto em um edifício, por exemplo, comunica-se com o desenho, emanando sentido humanístico e histórico, muito relevantes para a nossa cultura.

Neste ponto, Artigas (1984, p.34) fala sobre a demolição de construções históricas na Avenida Paulista, em São Paulo que

demolir um edifício como esse é demolir uma parcela da história de nossa pátria, e mais, da história de nossa cultura. Um edifício destes é portador de aspectos de finura e delicadeza de pensar, cuja leitura pode ser feita pela crítica. Só mesmo a condição de brutalidade da exploração imobiliária, na conjuntura de nossa sociedade civil, da classe dominante e do capitalismo nas condições em que está, é que faz com que esse objetos, esses edifícios-objetos, não possam ser *lidos* por todo o mundo, particularmente pelo homem do povo, na intensidade da linguagem com que ele *conversa* com o passante.

Sob o ponto de vista do curso de bacharelado em Engenharia Civil do Instituto Federal Santa Catarina – IFSC, Campus Florianópolis, cujo Projeto Pedagógico de Curso (PPC) pode ser visualizado e apreciado no sítio eletrônico do curso<sup>46</sup>, ao se olhar para a matriz curricular do mesmo e seu respectivo ementário, é facilmente perceptível que o grupo de trabalho (GT) que construiu o referido curso preocupou-se exacerbadamente com os aspectos técnicos da formação do/a Engenheiro/a Civil – não que eles não sejam necessários e importantes – e prescindiu quase que em total medida dos aspectos históricos, sociais, políticos, humanos.

Quando e se tais aspectos não são estudados em profundidade durante a formação inicial, na graduação, como esses/as futuros Engenheiros/as Civis formados pela EPT do IFSC desenvolverão a capacidade de ler a cidade, avaliar esteticamente com finura e profundidade? Que oportunidades foram apresentadas para que os/as acadêmicos/as conhecessem os bairros da Capital, valorizando o patrimônio e entendendo de que forma se organizou ou se projetou o pensamento por detrás destes prédios-objetos?

Destaco que o tema *direito à moradia* ou o tema *ocupações urbanas e/ou direito à cidade* não foram contemplados, falados, discutidos em muito pequena medida no curso, a partir de iniciativas isoladas e pontuais de alguns docentes. Não foi suficientemente contemplado nem nas aulas, nem em palestras ou quaisquer outros ensejos. Conforme explicitado anteriormente no referencial teórico, Florianópolis recentemente aprovou novo plano diretor, predatório, excludente. O tema foi muito falado e os movimentos sociais, inclusive, produziram, conforme aludido, uma versão de plano diretor muito distinto da aprovada, considerando o

---

<sup>46</sup>Disponível em [https://www.ifsc.edu.br/curso-aberto/-/asset\\_publisher/nvqSsFwoxoh1/content/id/1035365?p\\_r\\_p\\_categoryId=656667](https://www.ifsc.edu.br/curso-aberto/-/asset_publisher/nvqSsFwoxoh1/content/id/1035365?p_r_p_categoryId=656667)

direito à moradia, o direito à cidade para todos/as, o cuidado com o meio ambiente. Tampouco deste debate o curso participou em algum momento efetivamente, salvo iniciativas isoladas e pontuais de alguns docentes.

Em suma, a experiência formativa no curso foi totalmente centrada nos aspectos técnicos e superficial em relação aos aspectos históricos, sociais, políticos, humanos. Dessa forma, ousou afirmar que o curso contribuiu em muito pequena medida, salvo alguma iniciativa muito isolada de algum/alguma docente que em algum momento de suas aulas abordaram, muito timidamente, tais aspectos, para o que seria a função social do/a Engenheiro/a Civil.

#### Ampliando e a partir desta perspectiva

Não se pode olhar a arquitetura como sendo só arte, mas como expressão cultural de um povo, de uma época, de um período histórico, que *conversa* não apenas tecnicamente, mas troca com o passante sagaz um diálogo absolutamente impossível de ser destruído com qualquer que seja a justificção. (Artigas, 1984, p. 36).

Para além de Engenheiros/as Civis capazes de executar tarefas, cabe aos mesmos “preocuparem-se com a cidade (*polis*), com a sociedade, significa preocupação em associar o projeto arquitetônico ao projeto social” (MOTTA, 1950, p. 42).

O debate sobre urbanismo dentro da universidade e dos IFs é algo bastante superficial. E realmente há uma falha nessa formação, e desde sempre “a Universidade fica realmente distante do debate, do nacional e do popular. Ela não sujou as mãos com esse debate, mas ficou com as mãos vazias” (MOTTA, 1950, p. 42). Os candidatos progressistas (PT e PSOL), em suas últimas campanhas à legislatura municipal para prefeitura do município de Florianópolis, discutiram essas contradições e urgências urbanas, sob o ponto de vista da Arquitetura e da Geografia. Ocorre que nem sempre o debate crítico e acadêmico consegue tensionar as políticas públicas para uma efetiva mudança no quadro que segue transformando a *polis* numa mercadoria e não num projeto social.

O que ocorre, segundo Motta, é a desmobilização do ensino, ao nível das instituições. Como foi que isso aconteceu dentro das Universidades?

O autor alude sobre o corporativismo universitário que desmobiliza a formação do/a Engenheiro/a Civil neste contexto histórico, em que o perfil do/a egresso/a esperado pela instituição nada mais é que a preparação para atender às demandas do mercado, que precisa de uma mão de obra mais ou menos qualificada e que saiba manusear determinadas ferramentas.

Infelizmente, essa formação se distancia da função social do/a Engenheiro/a Civil, que aos poucos precisa, por conta própria se inteirar de outros conhecimentos para não recair no senso comum e se tornar refém da própria carreira. Ou seja, aquilo que realmente importa e que tem um a relevância social foi negligenciada em grande medida pelo curso, pelo IFSC e, de acordo com os/as autores/as com quem aqui dialogo, também pela universidade.

Diante do que foi exposto, o que é necessário fazer?

Artigas fala sobre o problema cultural num artigo escrito em 1952, que pretende mostrar qual seria a posição do arquiteto em face dessa problemática. O que se tinha era a imposição da cultura imperialista americano. Para isso, se lutava contra a penetração do imperialismo e a favor da cultura nacionalista.

O que impede a Universidade de reestruturar o pensamento capacitista, para Artigas, é que a mesma assimilou toda uma cultura europeia por meio do antropofagismo. O capitalismo brasileiro periférico impediu as discussões sobre a arquitetura, sobretudo à cultura em todos os espaços, de tal modo que não pudesse ser popular.

Artigas reafirma: “vou pesquisar toda a história da cultura daí para trás e dizer como vou fazer minha arquitetura nacional e progressista”. E mais, diz que a natureza das obras que fez, relacionadas entre homem e forma, tornando-se linguagem assumida pelo artista. Para assimilar o critério da proporção, buscou na poesia de Cabral de Mello, que diz

“Uma faca só lâmina”. Isso é pra mim uma metáfora de precisão que me conduz a buscar essas relações de proporção com o subjetivismo típico da criatividade artística, que não nasce por uma inspiração divina qualquer, mas pela convivência com a cultura, e que não pode ser muito bem definido, onde está o fato que verdadeiramente o inspira (ARTIGAS, 1984, p.47).

O potencial criativo do criador, do desenho e do projeto, dependerá do momento histórico em relação à cultura e ao pensamento vigente. Artigas exemplifica contando sobre o projeto que fez para Elza, pouco antes de ser julgado pelo tribunal de segurança, no período da Ditadura Militar, levando em conta toda a personalidade da Elza, mas desenhada pelo arquiteto-presidiário com protesto e ironia em relação ao contexto vivido.

Então, apresenta-se uma dessas passagens por ele comentada o seguinte:

...compreender a obra de arquitetura não se trata de apanhar um edifício e dizer como ele funciona, mas sim juntar uma meia dúzia deles e sentir o que um grupo de edifícios dessa ordem, na paisagem, com sua linguagem, diz sobre a situação da cultura naquela condição. (ARTIGAS, 1984, p. 49).

As obras “expressam a necessidade de mudar a estrutura social de sua própria família e viver num espaço diferenciado em relação àquele com que se polui a cidade de São Paulo, copiando as formas que vinham do campo” (ARTIGAS, 1984, p.51)

A construção de um prédio/objeto “não isolado” significa expressar o momento histórico/cultural/urbanístico das cidades. As edificações monofuncionais e as franjas urbanas representam o momento de superexploração nas periferias do sistema capitalista e o fracasso desse modelo de cidade ante a cultura e ao momento histórico de aumento do *déficit* habitacional e agravamento dos problemas sociais que vivemos.

Muito importante é refletir sobre hoje, como a Arquitetura e a Engenharia

moderna Brasileira progride no sentido de servir de cartaz de propaganda para tudo quanto é malandragem comercialasca do tipo vendas em condomínio e hotéis em praias desertas, ao mesmo tempo que concorre para reforçar a penetração do imperialismo, dando-lhe cobertura para entrar despercebido pelas portas dos movimentos culturais do tipo Bienal de São Paulo ou União Cultural Brasil Estados Unidos. O imperialismo é a guerra, prestigiá-lo, ainda que inconscientemente, sempre resulta numa medida prática a favor da guerra. Para dentro de todos os movimentos da burguesia caduca são atraídas pessoas honestas, legítimos partidários da paz. Estão iludidos! Que não reste dúvida! (ARTIGAS, 1952, p.57)

Os acadêmicos nas universidades Brasil afora absorvem, sem juízo crítico, as teses reformistas e demagógicas suggestionadas pela propaganda advinda da Arquitetura Moderna imposta pelo imperialismo.

Cabe ao/à leitor/a imaginar a seguinte possibilidade: continuar fazendo o que fazemos, ou abandonar a perseguição da função social do/a Engenheiro/a Civil pelo fato dessa indicar uma direção hostil ao povo? Entendo que o papel social do/a Engenheiro/a Civil está na luta pelo futuro, pelo progresso e pela sociedade, unindo esforços para com a luta do povo, compreendendo e fazendo parte dele a ponto de afastar o que é inútil na Engenharia.

Para tal, é necessária a ligação umbilical entre os/as profissionais arquitetos/as, engenheiros/as e as massas populares. Enquanto não se organizar a luta, não ocorrerá uma moradia popular, e seremos todos/as triturados/as por esse mecanismo do capitalismo – a ânsia desenfreada por lucros e a mercantilização de tudo, de todos os aspectos da vida, também da moradia, como estamos aqui problematizando. O próprio Artigas (1984) sabia sobre esse caminho.

O pensamento a que me refiro, em resumo, e que seria a função social do/a Engenheiro/a Civil, vem do fato de querer chamar para a responsabilidade da atuação como profissional, de assumir frente à sociedade e ao povo que luta por moradia popular, de “abrir picada” junto aos movimentos sociais e combater toda essa linguagem propositalmente violenta a que são submetidos todos/as os trabalhadores/as.

Mesmo nesse sistema produtivo hierarquizado e alienante nos processos e etapas da construção civil, engenheiros/as, arquitetos/as e mestres/as de obras são qualificados/as para ler, interpretar e realizar os projetos, podendo orientar o processo de forma integral para que se atinja aquilo que chamamos de papel/função social.

E a escola – tanto a universidade e, em especial, os IFs, cuja gênese e DNA é a formação da classe trabalhadora<sup>47</sup> – não pode prescindir desse debate, não

---

<sup>47</sup> Para aprofundar os conhecimentos sobre os IFs e a EPT, leia a obra *Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*, de Eliezer Moreira Pacheco. A mesma pode ser acessada em <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1013>.

pode virar as costas para os/as desvalidos/as da fortuna, tampouco abrir mão de formar Engenheiros/as Cíveis conscientes e comprometidos/as com a função social do/a Engenheiro/a Cível, conforme discutido até então. Pelas vias do currículo e da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, tripé pela qual a Educação deve acontecer tanto nas universidades como nos IFs, esse debate precisa ser encarado, desvelado, trazido à tona e considerado na formação do/a Engenheiro/a Cível.

No tocante ao IFSC, as práticas do egresso do curso de Engenharia Civil, confluem com o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) preconizado para o curso:

Faz-se necessário que o egresso do curso possa atuar EFETIVAMENTE de forma ética, crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística. (PPC IFSC, 2013, p. 20)

E também

o Engenheiro Civil egresso do IFSC terá formação ampla: generalista, humanista, crítica e reflexiva em atendimento às demandas da sociedade e ao que prescrevem as diretrizes curriculares do Ministério da Educação. (PPC IFSC, 2013, p. 20)

Para isso, parece ser verossímil e necessário uma atitude institucional em que o IFSC poderia passar a incluir na formação acadêmica do curso algumas possibilidades de intervenções neste sentido, como por exemplo:

- primeiramente, que a temática do direito à moradia e das ocupações tivesse espaço nas aulas, nos ementários das Unidades Curriculares (UCs), que fosse tema de palestras, mesas redondas, haja vista que durante minha passagem pelo curso esses temas foram abordados em muito pequena medida em iniciativas isoladas de alguns poucos docentes que trouxeram o assunto para as aulas.
- Fomentar projetos de ensino, pesquisa e extensão com essa comunidade, abrindo diálogo com para formalizar essas demandas.
- Aproximar a comunidade acadêmica às realidades distintas, principalmente essas com peculiaridades bem desafiadoras do ponto de vista da construção civil, haja vista que, de acordo com a Lei de criação dos Institutos Federais, em seu Artigo sexto, alude os envolvimento dos IFs com as comunidades locais, visando ao desenvolvimento regional em seus múltiplos aspectos.

- Propor metodologias participativas para a realização de diagnósticos sobre os diversos temas e territórios nos municípios, por exemplo saneamento básico, mobilidade, como obter terreno, financiamento, meios de produção, condições de trabalho. Tudo isso através de reuniões e oficinas temáticas e territoriais, com o envolvimento da comunidade acadêmica e a participação dos movimentos de ocupações no centro das discussões.

- Utilizar-se da concepção da transdisciplinaridade no planejamento urbano de Roque Theóphilo, que propõe “transcender o universo fechado da ciência e trazer à tona a multiplicidade fantástica de modos de conhecimentos assim como o reconhecimento da multiplicidade de indivíduos, produtores de todos estes novos e velhos modos de conhecimento”. Isso quer dizer, reafirmar o valor de cada sujeito portador legítimo de conhecimento e que está na base da formação na concepção *freiriana*, elaborando atividades que vão desde antes do projeto arquitetônico até a totalidade das condições de trabalho no canteiro de obras.

- Identificar, dentro dos movimentos de lutas sociais, quanto às questões de autogestão, participação, direito à cidade e tecnologia. Portanto, o processo de autodeterminação parte do pressuposto da quebra de paradigmas das determinações exteriores, de subordinação e hierarquias constituídas (universo estreito do entendimento).

- Pensar em projetos não de forma separada do canteiro, especializado, que se perdem do coletivo do qual não partiram. Aqui o projeto (antecipação de uma ação futura) passa pela autodeterminação, contrário às relações de produção e práticas prescritas por um agente exterior que vigoram hoje.

- Formar e produzir conteúdo com registro da obra e da ação coletiva, junto com os mutirantes.

- Criar cooperativas de produção entre seus integrantes, assumindo a totalidade do processo produtivo, da concepção à realização da entrega dos bens produzidos coletivamente, emanando relações de produção justas e revolucionárias.

- Reduzir a intencional desigualdade da relação salarial propondo, a exemplo da USINA SP, autogestão no setor da construção civil e respeitando a diversidade e os hábitos sociais, para que o/a trabalhador/a assuma seu papel de cidadão/cidadã, com todos os direitos inerentes.

- Cultivar relações de trabalho e solidariedade, com tarefas compreendidas e não impostas, compreendida pelo próprio produtor como necessária e tomando-o como parte de todo o processo para que se efetive – contrário ao assistencialismo.

Em suma, tais iniciativas confluiriam para que a função social do/a Engenheiro/a Civil fossem observadas em sua formação no IFSC.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso se debruçou ao estudo sobre o direito à moradia na grande Florianópolis, salientando o papel das ocupações urbanas, ilustrado pela luta da ocupação Carlos Marighela em Palhoça-SC, além de propor, inspirado por Artigas (1984) conhecimento pertinente a atividade do profissional do/a Engenheiro/a Civil ou uma/a função social do/a mesmo/a, ao entender os contextos históricos, sociais, ambientais, políticos e humanos, dos quais resultam esses movimentos legítimos e necessários.

Relembrando que o Art. da Constituição Federal (1988), consta que é necessário cumprir a função social da propriedade através do direito universal à moradia. Para isso, parece ser necessário uma atitude que garanta os direitos sociais por parte do Estado, que respeite a sociedade que precisa de suporte para desenvolver/criar políticas institucionais efetivas para a resolução do problema.

Rememorando que o estado de SC, particularmente a Grande Florianópolis, vivencia um cenário de intenso processo de mercantilização da moradia, movimento esse fruto do atual estado sociometabólico do modo de produção capitalista que transforma em mercadorias quaisquer aspectos essenciais à vida que possa garantir a continuidade e a expansão do sistema em seu imperativo de lucros.

O desdobramento disso no estado de SC é que o mesmo possui um *déficit* habitacional que corresponde a um município de porte médio para o referido, de mais de 200 mil habitantes, que não existe, sem contar do fato de que tanto o valor dos imóveis como do aluguel são um dos mais caros do país.

Lançar mão de esforços principalmente políticos, de cumprimento da Constituição, em comum acordo com as forças dos estados e municípios seria uma das formas ou redes de serviços públicos voltados ao atendimento digno para essa população cujo direito à moradia é negado.

O Estado deveria desempenhar políticas públicas pró habitação em edifícios desocupados que não estão cumprindo sua função social para garantir o direito à moradia, inclusive fazendo parcerias com instituições para o efetivo saneamento dos problemas imediatos, pelo menos até a sua completa resolução.

Enquanto o Estado não consegue se articular para resolver o problema de forma definitiva, foi possível perceber que o conhecimento construído no curso Engenharia Civil - IFSC poderia contribuir, num primeiro momento, para a situação

imediate encontrada na ocupação estudada (Carlos Marighela, de Palhoça-SC), sugerindo a resolução de problemas diretamente relacionados à construção civil, como problemas estruturais, falta de assessoramento adequado para um projeto arquitetônico e demais projetos complementares (hidráulico, elétrico, estrutural, orçamento, impermeabilização, preventivo contra incêndio, etc.) que dariam mais dignidade e habitabilidade ao espaço em que essa comunidade vive.

As ocupações urbanas desempenham o papel que deveria ser prioritariamente cumprido pelo Estado. Ao invés disso, os movimentos de ocupações continuam sendo atacados pela sociedade e pela “mão pesada do Estado”, com perseguições, ataques violentos e desprezo social (racismo, machismo, xenofobia entre outros).

À guisa de conclusão, reafirmo que é mister que o curso de bacharelado em Engenharia Civil do IFSC considere, em seu currículo e suas práticas, não apenas os aspectos técnicos concernentes às edificações, mas também os aspectos históricos, sociais, culturais, ambientais e humanos, a moradia enquanto um direito, o direito à cidade; e que a instituição, na sua ação educativa, estabeleça pontes com os movimentos sociais de ocupação e se posicione em favor dos/as marginalizados/as na esfera social, dos/as aliados/as ao direito da moradia. Assim, além de formar Engenheiros/as Cíveis com sólidos e necessários conhecimentos técnicos, estará também focalizando a tão necessária função social do/a Engenheiro/a Civil, agente de transformação da sociedade capitalista.

## **5.1 Sugestões para trabalhos futuros**

Como sugestões para trabalhos futuros, é possível e necessário ampliar e aprofundar as pesquisas sobre as ocupações urbanas na Grande Florianópolis, destacando vários aspectos que podem dialogar com a função social do/a Engenheiro/a Civil.

## REFERÊNCIAS

ABRAINCO. **Associação Brasileira de Incorporadoras**. Disponível em: <https://www.abrainc.org.br/> . Acesso em: 21 mai. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de; CUNHA, Eglaisa Micheline Pontes. **Assistência Técnica, Um Direito de Todos: Experiências de Habitação de Interesse Social no Brasil**. Brasília: Ministério das Cidades e FNA, 2007.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Autonomia Literária, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 26 mai. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a lei nº 11.124, de 16 de julho de 2005. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11888&ano=2008&ato=970o3YU5UNRpWT699>. Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008a]. Disponível em: <https://cutt.ly/vnaKWTR>. Acesso em: 27 set. 2023.

CARARA, Mariana. Falta de regulamentação do Airbnb gera evasões fiscais São Paulo, abr. 2021. Seção Economia e política. Disponível em: <https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2021/04/20/falta-de-regulamentacao-do-airbnb-gera-evasoes-fiscais/>. Acesso em: 24 mai. 2023.

CARDOSO, Alam.; MADEIRA, L. Urbanização de favelas no Brasil após o PAC: avaliação da experiência e desafios para o futuro. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2017, São Paulo. **Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional?** São Paulo: Anpur, 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CBIC, Banco de dados. **Desempenho da Construção Civil em 2020 e perspectivas para 2021**. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://cbic.org.br/wp->

content/uploads/2020/12/balanco-construcao-2020-2021.pdf. Acesso em: 20 mai. 2023.

CIDADE, Jornalismo. O Cavalo de Troia da revisão do Plano Diretor de Florianópolis. **Blog jornalismo e cidade**. Florianópolis, 15 fev. 2023. Disponível em: <https://jornalismoecidade.blogspot.com/2023/02/o-cavalo-de-troia-da-revisao-do-plano.html>. Acesso em: 18 abr. 2023.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Número de pessoas sem moradia em santa catarina equivale à população da maior cidade do estado**. Disponível em: <https://catarinas.info/numero-de-pessoas-sem-moradia-em-sc-equivale-a-populacao-da-maior-cidade-do-estado/> Acesso em: 09 abr. 2023.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO/PALHOÇA. **Palhoça: Cohab/SC projeta a construção de pelo menos 300 apartamentos**. Disponível em: [http://www.cohab.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=405:palhoça-cohabsc-projeta-a-construcao-de-pelo-menos-300-apartamentos&catid=1:noticias&Itemid=61#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20presidente,estimado%20em%2015%20mil%20moradias](http://www.cohab.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=405:palhoça-cohabsc-projeta-a-construcao-de-pelo-menos-300-apartamentos&catid=1:noticias&Itemid=61#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20presidente,estimado%20em%2015%20mil%20moradias). Acesso em: 24 mai. 2023.

CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA . **Plano municipal de habitação de interesse social do município de São José**. São José: IGUATEMI, 2011.

COTIDIANO, Universidade Federal de Santa Catarina. **Revisão do Plano Diretor de Florianópolis avança em meio a denúncias de conflito de interesses e ameaças**. Disponível em: <https://cotidiano.sites.ufsc.br/revisao-do-plano-diretor-de-florianopolis-avanca-em-meio-a-denuncias-de-conflito-de-interesses-e-ameacas/>. Acesso em: 21 mai. 2023.

COUTINHO, C. N. A Hegemonia da Pequena Política. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.). **Hegemonia às Avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

DEPARTAMENTO ACADÊMICO DA CONSTRUÇÃO CIVIL. **Projeto Político Pedagógico**. Disponível em: [http://sites.florianopolis.ifsc.edu.br/dacc/files/2017/11/ppc\\_engenharia\\_civil\\_2014.pdf](http://sites.florianopolis.ifsc.edu.br/dacc/files/2017/11/ppc_engenharia_civil_2014.pdf) Acesso em: 26 mai. 2023.

FERRO, Sérgio. **Usina: entre o projeto e o canteiro de obra**. São Paulo : Edições Aurora, 2015.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil urbano. São Paulo: Fupam, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GZH. **Brasil atinge 213,3 milhões de habitantes, diz IBGE**. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2021/08/brasil-atinge-2133-milhoes-de-habitantes-diz-ibge-cksu45sns0000013blxed0fnr.html>. Acesso em: 31 mai. 2023.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1994.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/pesquisa/23/27652> . Acesso em: 21 mai. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA (IFSC). **PPC do Curso de Graduação em Bacharelado em Engenharia Civil – 3000 horas.** Câmpus Florianópolis, 2013.

JUSBRASIL. **Um a cada três brasileiros não tem condições dignas de moradia.** Disponível em: <https://oab-ma.jusbrasil.com.br/noticias/148755/um-em-cada-tres-brasileiros-nao-tem-condicoes-dignas-de-moradia#:~:text=Em%20todo%20o%20Brasil%2C%2054,em%20condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20moradia%20inadequadas.> Acesso em: 09 abr. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANIFESTO, **Popular.** Disponível em: <https://planodiretor.libertar.org/s/planodiretorpopular/page/manifesto>. Acesso em: 21 mai. 2023.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade.** São Paulo: Atual, 1997.

MARX, Karl. **A mercadoria:** o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDONÇA, João. COSTA, H. S. M. (org). **Estado e capital imobiliário:** convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital:** Ruma a uma Teoria da Transição. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOSTRA Ecofalante. **Push:** Ordem de Despejo. 1 vídeo ( 1 hora e 30 min.) São Paulo. Disponível em: <https://ecofalante.org.br/filme/push-ordem-de-despejo>. Acesso em: 20 fev.2023.

OBJETHOS: **observatório de ética jornalística.** Disponível em: <https://objethos.wordpress.com/2022/05/23/por-que-realizar-coberturas-sobre-ocupoacoes-urbanas-populares/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ODS. **Objetivos de desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 30 mai. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 15 abr. 2023.

PAOLINELLI, Marina S. **Desmercantilização da habitação: entre a luta e a política Pública**. 2018. 255f. Dissertação (Mestrado em Escola de Arquitetura) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

PIMENTA, Luís. **Habitação popular e espaço urbano na Região Metropolitana de Florianópolis. Net**, Florianópolis, 2003. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/70.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2023.

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. **1º Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social**. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/conferenciaHabitacao/#:~:text=A%201%C2%AA%20Confer%C3%Aancia%20Municipal%20de,Municipal%20de%20Habita%C3%A7%C3%A3o%20de%20Interesse>. Acesso em: 26 mai. 2023.

PROJETO Usina. **Arquitetura como Prática Política - 25 anos de experiência da Usina**. 1 vídeo (1 hora). São Paulo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HgrnvEhKFSw>. Acesso em: 13 mar. 2023.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares: A Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. Chaves para pensar a moradia como um direito e não uma mercadoria na era da “financeirização”. In: **DEMIRDJIAN, Stephanie. Blog labcidade. São Paulo, 6 ago. 2021. Disponível em:** <http://www.labcidade.fau.usp.br/chaves-para-pensar-a-moradia-como-um-direito-e-nao-uma-mercadoria-na-era-da-financeirizacao/>. **Acesso em: 10 mai. 2023.**

ROLNIK, Raquel. **Dez anos do Estatuto da cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo**. Leituras da cidade. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012. Acesso em: 26 mai. 2023.

ROLNIK, Raquel. Governo propõe ZERO REAIS para moradia popular em 2018. Blog da Raquel Rolnik. 2017.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SECRETARIA DO ESTADO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SANTA CATARINA. **Diretoria de habitação e Regularização Fundiária**. Disponível em: <https://www.sas.sc.gov.br/index.php/habitacao>. Acesso em: 21 mai. 2023.

TV BP. **Dandara** - enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito. 1 vídeo (1 hora e 0,5 min.). Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5fjza-hZ4B0>. Acesso em: 15 mar . 2023.

VERISSIMO, Erico. Olhai os lírios do campo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VOLOCHKO, Danilo. A Moradia como Negócio e a Valorização do Espaço Urbano Metropolitano. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (orgs.). **A Cidade como Negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

WACQUANT, Loïc. **As Duas Faces do Gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.